

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**BRUNA CAPINÃ BOTELHO COSTA**

**E O TEU FUTURO ESPELHA ESSA GRANDEZA?  
AS NOTÍCIAS FALSAS (*FAKE NEWS*) NA DEMOCRACIA BRASILEIRA  
À LUZ DE UMA INTERPRETAÇÃO VEBLENIANA**

**Porto Alegre**

**2021**

**BRUNA CAPINÃ BOTELHO COSTA**

**E O TEU FUTURO ESPELHA ESSA GRANDEZA?  
AS NOTÍCIAS FALSAS (*FAKE NEWS*) NA DEMOCRACIA BRASILEIRA  
À LUZ DE UMA INTERPRETAÇÃO VEBLENIANA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia. Área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição

**Porto Alegre**

**2021**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Costa, Bruna Capinã Botelho

E o teu futuro espelha essa grandeza? As notícias falsas (fake news) na democracia brasileira à luz de uma interpretação Vebleniana / Bruna Capinã Botelho Costa. -- 2021.

78 f.

Orientador: Octavio Augusto Camargo Conceição.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Institucionalismo. 2. Brasil. 3. Veblen. 4. Fake news. I. Conceição, Octavio Augusto Camargo, orient. II. Título.

**BRUNA CAPINÃ BOTELHO COSTA**

**E O TEU FUTURO ESPELHA ESSA GRANDEZA?  
AS NOTÍCIAS FALSAS (*FAKE NEWS*) NA DEMOCRACIA BRASILEIRA  
À LUZ DE UMA INTERPRETAÇÃO VEBLENIANA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia. Área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 23 de setembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Herton Castiglioni Lopes  
UFFS

---

Prof. Dr. Manuel Ramón Souza Luz  
UFABC

---

Prof. Dr. Alexandre Ottoni Teatini Salles  
UFES

Aos meus pais, às minhas irmãs, ao destino – sempre generoso  
comigo - e aos bons ventos, que esses nunca deixem de soprar e  
que eu nunca deixe de interpretar os sinais.

## **AGRADECIMENTOS**

Sou uma pessoa de muitos agradecimentos. No entanto, também não posso negar, sou uma pessoa de muita sorte, mas não sorte no sentido mais vago da palavra. Quando eu digo sorte é mesmo no sentido de S O R T E, com letras garrafais.

Agradeço à minha família, meus pais, principalmente por sempre acreditarem que a educação é o caminho mais certo para que uma família possa sonhar, ter perspectiva, futuro.

Minhas irmãs, que abraçaram essa construção coletiva de família e que são minhas referências, meus reflexos e que contribuíram para essa Bruna da família também ganhasse voz nos outros ambientes fora de casa.

Minha vó Marina que construiu toda essa família e gerou meus tios: Ubiraneila e Antônio, esses que demonstraram que o acesso à Universidade era possível e transformava gerações e Marina, minha afilhada, prima e uma das minhas maiores saudades de todos os dias. Realizar um mestrado em meio de uma pandemia global só foi possível graças às pessoas que me cercaram.

Sou grata por findar esse ciclo com saúde e grata à minha fé, essa que nunca deixou que eu deixasse de acreditar em mim mesma.

Por fim, como disse no meu agradecimento de formatura do ensino médio e da graduação “inda vou caminhar”.

Obrigada pela generosidade da vida e aos sinais que me guiam.

Que bom que o meu Santo de casa faz milagre.

Tiro o barco da areia.  
Vou-me embora navegar.

## RESUMO

O presente trabalho visa estabelecer conexões entre a economia institucional e a realidade brasileira no final da primeira década do século XXI. Em particular, procura-se compreender como as notícias falsas contribuem para a criação e perpetuação de mitos que acabam por minar as instituições. O estudo adota uma abordagem revisionista das ações individuais, explorando como tais ações se inserem em um contexto coletivo que pode ser rejeitado, sancionado ou validado ao longo do processo. O desafio consiste em analisar como esses eventos impactam o arcabouço institucional e como podem ser interpretados dentro desse contexto. O objetivo principal é construir um entendimento sobre a natureza processual e não final de conceitos como as fake news, que ressurgiram nos últimos anos, mas que têm uma longa história que pode ser relacionada com o institucionalismo clássico. Para tanto, a metodologia adotada é descritiva e interpretativa, baseada em uma análise histórica. A pesquisa tem como pano de fundo o contexto brasileiro atual, marcado por novos padrões de conduta que moldam a política social e econômica do país, e que justificam a necessidade de mudanças institucionais de grande porte. Nesse sentido, a pesquisa não se limita a estabelecer conexões com o passado, mas procura também discutir como os padrões e polarizações presentes na sociedade brasileira são projetos de nação que se conectam com os conceitos de Veblen na leitura institucionalista. A abordagem adotada não é decrescente, mas emergente, partindo dos padrões de comportamento dos indivíduos e buscando compreender como estes se inserem em um contexto coletivo. A pesquisa não tem como objetivo criar pontes para o futuro, mas sim estabelecer conexões presentes que permitam uma reflexão crítica sobre a trajetória institucional brasileira.

**Palavras-chave:** Institucionalismo. Brasil. Veblen. Fake news.



## ABSTRACT

This thesis aims to establish connections between institutional economics and the Brazilian reality in the late first decade of the 21st century. In particular, it seeks to understand how fake news contributes to creating and perpetuating of myths that undermine institutions. The study adopts a revisionist approach to individual actions, exploring how such actions fit into a collective context that may be rejected, sanctioned, or validated throughout the process. The challenge is to analyze how these events impact the institutional framework and how they can be interpreted within that context. The main objective is to build an understanding of the processual and non-final nature of concepts such as fake news, which have resurfaced in recent years but have a long history that can be related to classic institutionalism. To this end, the methodology adopted is descriptive and interpretive, based on historical analysis. The research is set against the backdrop of the current Brazilian context, marked by new patterns of behavior that shape the country's social and economic policies and justify the need for major institutional changes. In this sense, the research not only establishes connections with the past but also discusses how the patterns and polarizations present in Brazilian society are nation-building projects that connect with Veblen's concepts in institutionalist readings. The approach adopted is not descending but emerging, starting from individual behavior patterns and seeking to understand how they fit into a collective context. The research does not aim to create bridges to the future but rather to establish present connections that allow for critical reflection on the Brazilian institutional trajectory.

**Keywords:** Institutionalism. Brazil. Veblen. Fake news.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>IDENTIFICANDO O QUE SÃO AS <i>FAKE NEWS</i> E O CONTEXTO QUE ELAS SURGEM .....</b>	<b>12</b>
2.1	A ECONOMIA INSTITUCIONAL E A VOLTA DO INDIVÍDUO .....	14
2.1.1	<b>Veblen passado, presente e futuro .....</b>	<b>20</b>
2.1.2	<b>Hábitos e Instintos.....</b>	<b>26</b>
2.2	OS MITOS AUTORIZADOS, A CRIAÇÃO DE MITOS E REFLEXÕES SOBRE O PRESENTE BRASILEIRO .....	34
<b>3</b>	<b>OS EFEITOS DO PREDADORISMO VEBLENIANO NA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA .....</b>	<b>38</b>
3.1	BRASIL DOS INTÉRPRETES E A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO .....	48
3.1.1	<b>Florestan Fernandes.....</b>	<b>50</b>
3.1.2	<b>Raymundo Faoro .....</b>	<b>55</b>
3.2	PADRÕES E POLARIZAÇÃO .....	58
3.2.1	<b>A pauta brasileira.....</b>	<b>60</b>
3.2.2	<b>Fatos estilizados na linguagem institucionalista.....</b>	<b>62</b>
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>73</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>76</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O campo institucional é amplo e a tarefa de engajar com uma agenda institucional requer considerações profundas sobre como as coisas são, em vez de como deveriam ser. A perspectiva vebleniana do campo institucional conecta as partes ao todo e apresenta conceitos, métodos e epistemologias únicas e desafiadoras, pois enfatiza o indivíduo e sua relação em níveis macro e micro. Ao dialogar sobre um país e suas peculiaridades usando a interpretação vebleniana, é importante lembrar a importância de olhar para o que já foi dito e abraçar a realidade social. A associação de um termo que se tornou relevante nos últimos períodos eleitorais com a abordagem vebleniana representa um desafio vivo, mas evidente. Consequentemente, é necessário resgatar o institucionalismo original e construir uma teoria econômica que se preocupe com a realidade, em vez de abstrações.

Embora Thorstein Bunde Veblen (1857-1929) seja amplamente considerado o pai do institucionalismo, sua reputação é acompanhada por um certo anonimato entre os grandes nomes do pensamento econômico e é raramente explorado diretamente pelos leitores e pela academia. Para entender a teoria vebleniana em toda a sua complexidade, é necessário que o cientista social incorpore uma multiplicidade de variáveis capazes de produzir uma análise abrangente e competente da sociedade (SILVA, 2008, p. 136). A visão neoclássica do indivíduo singular, como um agente racionalizador e maximizador, não era aceita por Veblen. Em contraste com a visão neoclássica que pressupõe um indivíduo racional e maximizador, o economista americano Thorstein Bunde Veblen entendia a diversidade de indivíduos e cidadãos, abarcando a heterogeneidade humana em suas particularidades, da passividade à ação. Consequentemente, as ciências sociais são enriquecidas com sua perspectiva evolucionária. Como resultado, existe um desafiador programa de pesquisa interdisciplinar pela frente (KABOUB, 2004).

Ao longo do tempo, os cientistas políticos buscaram reduzir o governo da sociedade a uma equação matemática para evitar a irracionalidade e incertezas inerentes ao comportamento humano. Contudo, com o advento da era da informação, os comportamentos humanos passaram a gerar grandes quantidades de dados (EMPOLI, 2019). As notícias falsas criam um contexto caótico que possui direção e sentido, ao invés

de serem um fim em si mesmas. Esse caos é construído e desenvolvido com o intuito de manter o poder e uma "verdade absoluta" de determinada classe ou pessoa. Durante as eleições brasileiras de 2018, as notícias falsas foram compostas por elementos patrióticos e soluções universais, sendo repassadas como verdades e contribuindo para o desmonte da pluralidade em prol de um indivíduo singular que apresentava a solução universal para as dificuldades do país.

Em termos acadêmicos, as notícias falsas (ou "*fake news*") que circularam durante as eleições presidenciais de 2018 no Brasil não eram de natureza técnica, mas sim baseadas em conteúdos populistas que visavam propagar medo, preconceito e questões raciais e de gênero. Essa propaganda populista não tem como objetivo principal a veracidade dos fatos. Grompone e Mejía (1995, p. 25) argumentam que tanto os governos populistas quanto os liberais têm contribuído para o desinteresse da sociedade em relação à política, embora por motivos diferentes. Enquanto o primeiro contribui involuntariamente devido a seus erros, o segundo o faz de maneira cuidadosamente planejada e executada. Castells (2009) destaca a relação entre emoção e cognição política, afirmando que as emoções moldam as percepções políticas das pessoas. A disseminação de notícias falsas, como a alegação fictícia de que a polícia federal havia apreendido urnas eletrônicas adulteradas durante as eleições, contribuiu para o medo e a desconfiança em relação ao sistema eleitoral brasileiro, que é considerado seguro e confiável em todo o mundo. Embora Veblen não tenha abordado diretamente as *fake news* em suas teorias, pode-se estabelecer conexões e diálogos entre essas notícias falsas, a fraude e a violência institucional, que são temas que serão desenvolvidos neste trabalho. Além disso, Freidemberg destaca a importância da habilidade de manter contato com o público e do uso da emoção na propaganda populista.

O presente trabalho está dividido em três capítulos além desta introdução, a saber: o primeiro capítulo é a construção do diálogo existente na literatura sobre a caracterização das *fake news*, apresentação dos tópicos e os passos metodológicos deste fenômeno muito discutido no âmbito jornalístico, no entanto, diversas vezes desligado do campo econômico, com o viés voltado ao entendimento do indivíduo. No mesmo capítulo, o caminho é direcionado a dialogar com a economia institucional e identificar qual a abordagem pretende-se trabalhar ao longo do trabalho. Em suma, uma

das grandes questões institucionais é poder discutir, recriar, debater e desenvolver um caminhar temporal: passado, presente e futuro.

O mesmo tem como principal foco de análise o economista norte-americano Thorstein Veblen, cujos conceitos econômicos, políticos e sociais são relevantes para entender a conjuntura atual. De acordo com Veblen (1898), os avanços materiais têm impacto no ambiente social e possibilitam o surgimento de outros instintos humanos, como a curiosidade desinteressada, que está relacionada à busca livre de conhecimento. Contudo, essa busca desinteressada pode ser utilizada como uma isca para disseminação de notícias falsas com objetivos definidos de reduzir a realidade para um olhar direcionado.

A emulação é importante para compreender a irracionalidade socializada, que condiciona e silencia, mas também potencializa extremos a inflamar paixões do maior número possível de grupos, visando à união dos extremos para conquistar uma maioria política. Nesse sentido, é necessário resgatar a agenda de pesquisa de Veblen e vincular suas ideias com a atualidade, a fim de identificar as realidades e promover a coevolução participativa, coletiva e democrática para o futuro, revisando a fonte institucionalista.

O segundo capítulo deste trabalho enfoca a questão da predatória com ênfase no indivíduo, considerando padrões e polarizações de desconstruções. Aborda-se a quebra, o rompimento e a falta de direção de um futuro que não mais reflete grandeza, mas incertezas. Ademais, é apresentada uma exemplificação de *fake news* veiculadas no período eleitoral de 2018, com uma análise de símbolos e identificação da destruição do institucionalismo. Por fim, as considerações finais destacam o desejo dialético vebleniano de retornar ao que foi discutido e identificar como o passado muitas vezes contribui para o entendimento do presente, ressaltando, portanto, a necessidade de sua reinterpretação e interlocução.

## 2 IDENTIFICANDO O QUE SÃO AS *FAKE NEWS* E O CONTEXTO QUE ELAS SURGEM

As *fake news* não são um fenômeno novo, mas ganharam uma dimensão sem precedentes com o advento da internet e das redes sociais. Antes, a disseminação de informações falsas era restrita a meios como panfletos, boatos de rua ou de *boca em boca*. Agora, as *fake news* podem ser disseminadas em larga escala em questão de segundos, atingindo milhões de pessoas. Um dos principais motivos para o surgimento das mesmas é o fato de que elas são altamente lucrativas. Sites que propagam notícias falsas muitas vezes ganham dinheiro com publicidade, e o tráfego gerado por histórias sensacionalistas e controversas pode ser enorme. Além disso, as *fake news* são muitas vezes criadas por grupos políticos ou por indivíduos com interesses escusos, que buscam manipular a opinião pública em seu favor.

Outro fator importante é a falta de regulamentação das redes sociais. Embora essas plataformas estejam cada vez mais conscientes da importância de combater as *fake news*, ainda há muitos desafios a serem enfrentados. A disseminação de notícias falsas é muitas vezes incentivada por algoritmos que privilegiam o engajamento em detrimento da veracidade, o que significa que histórias sensacionalistas e controversas tendem a ser mais amplamente divulgadas do que notícias verdadeiras e equilibradas.

De acordo com Allcott e Gentzko (2017), as notícias falsas, têm como principal objetivo enganar o leitor. Essas notícias são direcionadas e possuem um sentido específico, conforme apontado por Aymanns *et al.* (2018). Esses autores destacam dois caminhos de interpretação desse panorama:

- a) aquelas que possuem cunho humorístico e são facilmente desmentidas; e
- b) as usadas como instrumento de convencimento, ou seja, aquelas que não parecem ser falsas em sua estrutura, mas têm como intuito manipular as informações para persuadir o receptor.

Embora o termo *fake news* possa parecer desprezioso, a complexidade desse fenômeno é enorme e se trata de um ecossistema e um universo que, por muito tempo, não foram abordados. Com a grande visibilidade recente do termo, surgiram muitos conceitos para definir o que seriam as notícias falsas. No entanto, neste projeto, é

importante destacar que será adotada a proposta de Allcott e Gentzko (2017), segundo a qual toda informação falsa tem como objetivo persuadir o receptor e/ou manipular as informações.

Os elementos culturais e políticos que favorecem a propagação dessas notícias, bem como o grande alcance e o papel decisivo que elas podem desempenhar nas ações que influenciam a vida de muitas pessoas, tornam demencial o diálogo sobre esse fenômeno. O ambiente propício para a criação e sustentação de *fake news* desestabiliza diálogos e instituições, o que evidencia a necessidade de se discutir a gravidade desse problema e encontrar meios para combatê-lo.

Da mesma forma, as notícias falsas podem estar a ser consideradas legítimas por seu conteúdo, que independentemente do motivo (persuasivo, aderência, cultural e/ou política, etc.), constrói uma narrativa a que o indivíduo atribui coerência. Nestas situações, entra em cena a observação feita por Kahneman (2012, p. 70) de que “[...] a familiaridade não é facilmente distinguível da verdade [...]”. Desta forma, as *fake news* podem passar a sensação de conforto cognitivo apenas porque se tem a noção do seu conteúdo ser pré-conhecido e/ou coerente. (PINTO; SBICCA; CASONATO, 2020, p. 10).

A utilização de notícias falsas como ferramenta política não é algo novo, porém, com o advento das redes sociais, essa prática se tornou ainda mais eficaz e abrangente. As características dessas notícias e a forma como são disseminadas nas redes sociais favorecem a expansão e a consolidação de opiniões, dividindo e validando determinadas visões de mundo. O uso da Internet como plataforma de disseminação amplifica essas dimensões de vinculação e favorece a criação de uma narrativa com direção direta, horizontal e universal para atingir o público em geral.

Um recente estudo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) demonstrou que uma falsa informação tem, em média, 70% a mais de probabilidade de ser compartilhada na internet, pois ela é, geralmente, mais original que uma notícia verdadeira. Segundo os pesquisadores, nas redes sociais a verdade consome seis vezes mais tempo que uma *fake news* para atingir 1.500 pessoas. Temos, enfim, a confirmação científica da frase de Mark Twain segundo a qual “uma mentira pode fazer a volta ao mundo no mesmo tempo em que a verdade calça seus sapatos”! (SILVA, 2020).

A tendência humana de proteger suas próprias ideias e crenças abre caminho para a disseminação de ideias equivocadas por meio das *fake news*. Conforme observado por

Albuquerque (2016), a verdade muitas vezes caminha lado a lado com o poder, e o direito de utilizar o poder através de criações pode levar à formação e manutenção do mesmo.

*A fake news, se refere a um discurso de reivindicação de monopólio da verdade num contexto de deslegitimação das instituições, em que, cada vez mais, se adotam comportamentos autoritários. Sob a perspectiva da democracia, ao se pensar o discurso das fake news, feito pelas agências de fact checking, pela mídia e por corporações de pesquisadores, vê-se que ele se soma aos ataques contemporâneos às instituições. (ALBUQUERQUE, 2016).*

A evolução das relações individuais e coletivas, que envolvem a construção, reconstrução e ruptura, é um processo que nem sempre pode ser associado com o progresso. O acesso expandido à informação, por sua vez, não necessariamente se traduz em uma qualidade ou veracidade maior para a história absurda. Ao contrário, a atitude conservadora da comunidade pode dificultar o desenvolvimento cultural, manter a inércia e preservar um tradicionalismo marcado por segregações de poder e acesso a direitos, além da convicção de incoerência e indignação moralista que a acompanha.

De acordo com Hiroko Kanoh (2018), as pessoas tendem a consumir informações em vez de pensar criticamente quando estão navegando nas redes sociais. Esse comportamento pode levar a um maior grau de persuasão, especialmente quando as pessoas são inseridas em uma rede informativa que não possui checagem de fatos. Ao navegar pelas redes sociais, os usuários podem formar bolhas, sair das bolhas e serem inseridos em mais ambientes. Essas bolhas são alimentadas pela tendência dos usuários de ler e compartilhar informações, sem checagem de fatos, que correspondem à sua própria ideologia (McIntyre 2018, 16). O conceito das bolhas faz a transição do contexto individual para o aglutinador, aglomerado e coletivo. Por conta disso, na próxima seção entraremos na agregação do institucionalismo da realidade discutida.

## 2.1 A ECONOMIA INSTITUCIONAL E A VOLTA DO INDIVÍDUO

A economia institucional vebleniana é uma corrente de pensamento econômico que se desenvolveu a partir das ideias do economista e sociólogo norte-americano Thorstein Veblen. Essa corrente tem como base a ideia de que a economia não pode ser analisada isoladamente do contexto social e histórico em que está inserida, pois as



instituições sociais têm um papel fundamental na organização da produção e distribuição dos bens e serviços.

Para Veblen, a economia capitalista é caracterizada por uma busca incessante por lucro, que é conseguido por meio da acumulação de capital. No entanto, essa busca pelo lucro leva a uma série de comportamentos e práticas antissociais, como a exploração da mão-de-obra, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a produção de bens e serviços que são considerados supérfluos.

Veblen também acreditava que a economia é uma atividade social que está intrinsecamente ligada a outras instituições, como a política e a cultura. Ele argumentava que as instituições sociais são criadas e mantidas para atender às necessidades da sociedade, e não para atender aos interesses individuais de um pequeno grupo de empresários ou investidores.

Assim, a economia institucional vebleniana tem como objetivo compreender as instituições sociais que moldam a economia, e como essas instituições afetam a produção e distribuição dos bens e serviços. Essa corrente de pensamento enfatiza a importância de uma análise crítica da economia capitalista, e propõe alternativas para uma economia mais justa e sustentável, que atenda às necessidades da sociedade como um todo.

A definição de economia institucional tem sido objeto de intensos debates e pontos de vista diversos. Para ilustrar essa questão, é fundamental revisar o texto de Commons (1931), considerado um dos pioneiros na compreensão das relações entre as perspectivas e análises da economia institucional. As primeiras palavras do autor buscam definir a instituição como uma ação coletiva que visa controlar, liberar e expandir a ação individual. As formas institucionais resultam de costumes desorganizados e preocupações organizadas em curso. Nesse contexto, a ação individual refere-se à participação em transações de negociação, gestão e racionamento, que são as unidades finais da economia e formadoras das teorias econômicas.

O institucionalismo lida com a incerteza e a grande diversidade de perspectivas no campo das instituições. A definição das instituições é um desafio, pois elas podem ser vistas como uma visão adicional ou crítica da economia clássica, uma estrutura de leis ou direitos naturais, uma análise dos indivíduos como prisioneiros ou como um processo

dinâmico e processual. Essa diversidade de interpretações gera uma miscelânea de ideias no campo da economia institucional.

Uma das definições de instituição, proposta por Commons (1931), a define como uma ação coletiva de controle, liberação e expansão da ação individual, com formas que surgem a partir de costumes desorganizados e preocupações organizadas em curso. A busca por princípios universais na economia institucional e a tentativa de cobrir as atividades descoordenadas de diversas escolas que compartilham o nome de economia institucional são desafios para os pesquisadores do campo.

A ação coletiva pode assumir diversas formas, desde costumes desorganizados até formas muito bem definidas. O controle pode ocorrer entre indivíduos e coletivos, afetando o comportamento individual, a ética e as leis. Além disso, as ações coletivas podem dar origem a formas não organizadas, relacionadas aos costumes. Esses costumes muitas vezes são impostos por meio da disputa entre diferentes indivíduos e classes, e sancionados pelo poder (COMMONS, 1931).

Diferentemente do que afirmou Sir Henry Maine, o costume não deu lugar ao livre contrato e à concorrência. Durante muito tempo, o controle coletivo assumiu a forma de um tabu, ou seja, uma proibição de atos, violação e invasão. Essa mesma proibição cria um status econômico de liberdade e a pessoa adquire a imunidade dessa tal liberdade. No entanto, é importante compreender que a liberdade é um substantivo que adquire formas potentes e restrições, podendo ser acompanhada por ganhos ou perdas em perspectivas tanto para um indivíduo quanto para a sociedade em geral.

Assim, a ação coletiva é mais do que o controle da ação individual - é, pelo próprio ato de controle, como indicado pelos verbos auxiliares mencionados, uma liberação da ação individual da coerção, coação, discriminação ou competição injusta de outros indivíduos. A ação coletiva é **mais do que o controle** e liberação da ação individual - é a expansão da vontade do indivíduo muito além do que ele pode fazer por seus próprios atos insignificantes. (COMMONS, 1931).

A necessidade da ação coletiva, discutida desde os anos 1940, é vista como uma forma de impor restrições ao comportamento individual, operando por meio dos mecanismos institucionais. Segundo Commons, as instituições seriam os mecanismos

pelos quais o controle coletivo é exercido, além de serem mediadoras de mecanismos de resolução de problemas e conflitos.

Ao fazer uma retrospectiva na teoria da história econômica, é possível constatar que David Hume abordou a escassez e conflito de interesses, enquanto Adam Smith dialogou com a divina providência, abundância terrena e harmonia de interesses. No entanto, a realidade histórica é marcada por conflitos, diferentemente do que é registrado pelo considerado "pai" da economia tradicional dominante ocidental, Adam Smith. É a partir dos conflitos de interesse que nascem o direito, a ética, liberdade e segurança, e por fim, as formas organizadas.

A economia institucional tem raízes na teoria de David Hume, como apontado por Commons em seu trabalho de 1931. As instituições são vistas como o resultado da necessidade de resolver conflitos de interesses e impor restrições ao comportamento individual, sendo assim, mediadoras da ação coletiva e responsáveis por manter a ordem social e econômica.

Commons identifica que as ações individuais e coletivas são registradas nas transações econômicas, que são categorizadas em três tipos: as barganhas, que são as transações entre indivíduos, a administrativa, que é a relação entre patrão e trabalhador, e a de racionamento, onde o coletivo é visto como superior ao indivíduo. Enquanto a economia clássica se preocupa com o controle físico e com a definição da propriedade, as transações determinam tanto o controle legal quanto o controle físico no futuro.

As transações econômicas envolvem relações sociais que incluem dependência, ordem e conflito. Dessa forma, as filosofias sociais diferem economicamente dependendo da categoria de transação que é colocada em primeiro plano. Por exemplo, se a barganha é colocada em primeiro lugar, a filosofia social que irá emergir é diferente daquela em que a relação de racionamento é colocada em primeiro lugar.

Em resumo, Commons defende que as transações econômicas são mediadoras das relações sociais, e que a maneira como essas transações são estruturadas e reguladas tem um impacto significativo na organização social e econômica. A abordagem institucionalista busca entender as instituições que emergem a partir dessas transações, assim como os mecanismos de controle e resolução de conflitos que surgem para garantir a ordem e a estabilidade das relações econômicas e sociais.

Os princípios UNIVERSAIS, ou seja, semelhanças de causa, efeito ou propósito, detectáveis em TODAS AS TRANSAÇÕES, são escassez, eficiência, futuro, regras de trabalho e fatores limitantes sob controle volitivo. Esses revelam-se numa psicologia de persuasão negociação ou comportamental coerção em transações de barganha, comando e obediência em transações gerenciais, argumento e súplica em transações de racionamento. (COMMONS, 1931).

A economia clássica, segundo Commons, concentra-se na relação do homem com a natureza, deixando de lado a importância da relação entre os indivíduos. Já a economia institucional, por sua vez, é caracterizada como uma economia comportamental que se dedica à análise do comportamento dos indivíduos no contexto das transações econômicas e sociais. Embora não esteja inserida no mainstream da economia clássica, a economia institucional é essencialmente volitiva e requer uma psicologia institucional que permita a interpretação adequada do comportamento humano nas transações econômicas e sociais.

Segundo Commons, a psicologia institucional deve estar focada na análise das transações, considerando em primeiro lugar a personalidade dos participantes. Diferentemente da suposta igualdade da teoria econômica clássica, a economia institucional reconhece que os indivíduos possuem diferenças em seus poderes de indução e nas respostas a incentivos e sanções. Desse modo, o processo de escolha dos indivíduos é visto como um ato tridimensional, que envolve não apenas a racionalidade individual, mas também a capacidade de indução e as normas e sanções sociais que influenciam as transações econômicas e sociais.

A economia institucional não está divorciada das escolas clássicas e psicológicas dos economistas — ela transfere as suas teorias para o futuro, quando os bens serão produzidos, consumidos ou trocados como resultado das transações presentes. Mas a economia institucional é o controle das mercadorias e do trabalho legal, onde as teorias clássica e hedônica lidavam apenas com o controle físico. O controle legal é o controle físico futuro. O controle físico do futuro é o campo da engenharia e da economia doméstica. Assim, pode-se ver como as ideias de direitos naturais dos economistas e advogados criaram a ilusão de uma estrutura, supostamente construída no passado, com a qual os indivíduos presentes deveriam agir. Foi porque eles não investigaram a ação coletiva. Mas pode haver todos os graus de combinação, pois as três categorias de transações são interdependentes e variáveis num mundo de ação coletiva e mudança perpétua, o mundo futuro incerto da economia institucional. (COMMONS, 1931).

Essa sentença de Commons (1931) aborda como a economia institucional se relaciona com as escolas clássicas e psicológicas de economistas. Segundo o autor, a economia institucional transfere as teorias dessas escolas para o futuro, quando os bens serão produzidos, consumidos ou trocados como resultado das transações presentes. No entanto, o controle das mercadorias e do trabalho legal é a esfera da economia institucional, enquanto as teorias clássicas e hedônicas tratavam apenas do controle físico. O controle legal, por sua vez, é o controle físico futuro, que é de interesse da engenharia e da economia doméstica.

O autor argumenta que as ideias de direitos naturais dos economistas e advogados criaram a ilusão de uma estrutura pré-estabelecida, na qual os indivíduos presentes deveriam agir. Isso ocorreu porque eles não investigaram a ação coletiva, que é fundamental para a economia institucional. Veblen destaca que as três categorias de transações (barganhas, administrativas e de racionamento) são interdependentes e variáveis em um mundo de ação coletiva e mudança perpétua. Portanto, pode haver todos os graus de combinação entre essas categorias, o que torna o futuro incerto para a economia institucional. A sentença de Commons argumenta que a economia institucional não está divorciada das escolas clássicas e psicológicas de economistas, mas que seu foco está no controle legal das transações, que é um fator crítico para o futuro das trocas econômicas.

A passagem anterior representa o encerramento dos escritos de Commons em sua obra mais renomada, e de forma concisa sintetiza os objetivos reais da economia institucional e a proposta da escola de romper com a "ilusão de uma estrutura". A realidade das transações, interconexões e interações é a principal concordância com a vivacidade de uma realidade dinâmica e não uma fotografia estática do presente que possa refletir o futuro. Com isso, é possível afirmar que a economia institucional busca compreender as relações humanas envolvidas nas transações econômicas de forma dinâmica e interdependente, com o intuito de romper com a visão estática e limitada proposta pelas escolas clássicas e psicológicas dos economistas. Nesse sentido, a economia institucional busca não apenas analisar as transações presentes, mas também compreender como elas influenciam e são influenciadas por transações futuras, criando

uma perspectiva mais realista e dinâmica da economia e das interações humanas que a permeiam.

### **2.1.1 Veblen passado, presente e futuro**

Thorstein Veblen nasceu em 1857, em Cato, Wisconsin, nos Estados Unidos, e viveu até 1929, ano que ficou marcado pela Grande Depressão. Sua história familiar, marcada por dificuldades financeiras e pela influência de sua mãe, que o incentivou a buscar educação e conhecimento, permitiu-lhe desenvolver uma visão muito crítica em relação ao contexto histórico em que viveu e, posteriormente, para suas contribuições econômicas. Como intelectual, Veblen tinha a habilidade crítica de analisar o presente e pensar no passado, mas também de olhar para o futuro com altivez, questionando as práticas econômicas e sociais existentes. Sua formação multidisciplinar em filosofia, sociologia e economia o capacitou a compreender a complexidade das relações sociais e econômicas, e a desenvolver teorias que ajudaram a mudar a forma como a economia era compreendida na época.

Thorstein Veblen nasceu em 1857 e faleceu em 1929, em um período histórico marcante que o permitiu ter uma visão crítica sobre a sociedade e suas instituições, contribuindo para a economia institucional. Veblen possuía uma capacidade crítica de pensar no presente, refletir sobre o passado e ser altivo em relação ao futuro. Seu primeiro livro, publicado em 1899, intitulado "A teoria da classe ociosa" e com o subtítulo "Um estudo econômico das instituições", representa seu maior legado em relação a seus ideais e perspectivas de sobrevivência. Por muito tempo, essa obra foi considerada uma sátira e não foi valorizada em sua potência crítica. Entretanto, atualmente é reconhecida como relevante e Veblen é considerado um dos pais fundadores da economia institucional e um célebre economista do século XIX. Em sua obra, Veblen desenvolveu conceitos teóricos importantes, como instintos, hábitos e instituições, dialogando com uma ciência não-determinista e não-racionalista e bebendo de diversas referências relacionadas aos incipientes estudos da psicologia através da filosofia pragmática clássica. Veblen desempenha um papel fundamental na teorização de uma ciência econômica evolucionária. A história de Veblen não é um trabalho trivial, pois sua vida

pessoal e histórica é fundamental para entender sua formação crítica e histórica e a importância de conectar a história com a vivência.

Todo escritor, cientista, observador estão presos ao seu tempo, do qual é impossível que escape por completo. Dizer que alguém é um homem fora de seu tempo é pura metáfora. Barreiras, é lógico, são rompidas. As ciências, as artes, evoluem. Mas são contextos que possibilitam isso. Sempre existem certas condições de possibilidade do discurso científico, é a partir dele que o cientista revolucionário quebra regras. (CAVALIERI, 2009, p. 224).

Durante seu tempo como professor em Chicago, Thorstein Veblen já apresentava uma visão crítica do status quo, o que posteriormente se traduziria em sua obra Teoria da Classe Ociosa. Esta publicação é considerada uma das mais importantes de Veblen e evidencia sua relevância no cenário intelectual norte-americano da época. Porém, sua vida pessoal foi marcada por momentos conturbados, o que o levava a buscar refúgio na pesquisa científica e nos estudos. Conforme destaca Hodgson (2004), há uma relação entre os períodos de maior produção intelectual de Veblen e suas instabilidades pessoais (KRAUZER, 2019).

No entanto, é importante ressaltar que o caráter evolutivo das ideias de Veblen não deve ser confundido com a ideia de progresso como algo necessário ou uma característica essencial. A evolução, ao contrário, não carrega consigo juízos de valor ou complexidade, mas sim uma relação de adaptação e modificação. Como bem lembrado por Darwin (1855), os seres que possuem maior capacidade adaptativa são os que têm maiores chances de sobrevivência e proliferação da espécie. Adaptação é uma palavra que não carrega consigo juízos de valor, mas sim a ideia de reformulação e readaptação de algo já existente. É resultado da seleção natural e, portanto, um processo evolutivo.

A evolução, portanto, deve ser vista como um processo contínuo e não um fim em si mesmo. As mutações são combustíveis para a mudança e a busca pela construção de um novo modo de desenvolver e utilizar as ciências econômicas. A obra de Veblen é importante não apenas por suas contribuições teóricas, mas também por seu enfoque evolutivo e adaptativo, que busca compreender a economia como um fenômeno em constante mutação e transformação.

A leitura atenta dos trabalhos de Veblen levam o seu leitor aos mais diferentes campos do conhecimento humano. Além da teoria econômica, também é possível identificar nos trabalhos de Veblen traços de análise social e histórico, da psicologia e da antropologia, sendo que cada um desses campos é normalmente apresentado e trabalhado por comentários políticos tidos como radicais, bem como por sátiras e ironias. [...] Fica evidente o caráter psicológico-filosófico de Veblen ao longo de todos os seus escritos, pois as suas reflexões mostram-se extremamente complexas, sendo necessário o domínio das mais diversas referências destas áreas do conhecimento para serem entendidas as suas críticas e contribuições ao pensamento econômico. (KRAUZER, 2019, p. 36).

O trecho em questão trata da amplitude dos trabalhos de Veblen, um dos fundadores da Economia Institucional, que ia além da teoria econômica tradicional e incorporava uma ampla gama de disciplinas e abordagens em seus escritos. Além da economia, Veblen também se interessava por sociologia, história, psicologia e antropologia, e utilizava esses campos do conhecimento para criticar e propor alternativas ao modelo econômico vigente.

O autor destaca a presença de traços de análise social e histórico, psicologia e antropologia nos escritos de Veblen, e enfatiza que cada um desses campos é normalmente apresentado e trabalhado por meio de comentários políticos radicais, bem como por sátiras e ironias. Ou seja, Veblen não se limitava a apresentar uma análise técnica e objetiva dos fenômenos econômicos, mas incorporava elementos subjetivos e críticos em suas reflexões.

Ao todo, o autor destaca que as reflexões de Veblen são extremamente complexas e requerem um domínio de diversas áreas do conhecimento para serem compreendidas em sua totalidade. Isso sugere um caráter psicológico-filosófico em sua abordagem, que transcende as fronteiras da economia e se relaciona com uma compreensão mais ampla do ser humano e da sociedade em que vivemos.

De acordo com Krauzer (2019), vários estudiosos já destacaram a influência da filosofia pragmática clássica e das noções psicológicas presentes nos escritos de Thorstein Veblen. Camic e Hodgson (2011) apontam essa influência, assim como Cavalieri (2009), que destaca o pragmatismo clássico do autor. Hamilton (1970, p. 25), por sua vez, enfatiza a interpretação darwinista do autor, que se baseia em uma análise transformativa e não valorativa. Em sua obra *Why is economics not an evolutionary science?* (1898), Veblen questiona a falta de abordagem evolutiva na economia e propõe mudanças nesse sentido, evidenciando seu foco na ordem social. Para entender as



críticas e contribuições de Veblen ao pensamento econômico, é necessário dominar referências das áreas de filosofia, psicologia, antropologia e outras, dada a complexidade e profundidade de suas reflexões, como ressalta Krauzer (2019).

Segundo Veblen (1898), quando se assumem as leis naturais, todos os demais fatores de causação são tidos como fatores de causação são tidos como fatores de distúrbio para qualquer corpo de conhecimento não evolucionário. Veblen distancia-se das noções do positivismo lógico quantitativo-empírico que atribuiu imparcialidade aos fatos. Afinal, na noção vebleniana os fatos são observados no contexto dos hábitos de pensamento e na teoria científica que estão naquele momento sendo compartilhados e executados. (KRAUZER, 2019, p. 39).

O artigo intitulado *The Preconceptions of Economic Science* (1899) apresenta uma abordagem crítica à dinâmica da economia, que não se baseia em uma perspectiva maniqueísta e se afasta do pensamento dominante na área. O autor se propõe a enfrentar a pluralidade do ser humano, que não é unicamente racional, bem como o comportamento dos indivíduos. A obra sugere que os hábitos de vida moldam os hábitos de pensamento e, por sua vez, o modo de pensar dos indivíduos, inclusive no que diz respeito ao processo científico. De acordo com Veblen, as instituições são compostas por hábitos socialmente compartilhados e a classe ociosa é resultado da evolução institucional de hábitos de pensamento de sociedades bárbaras que foram incorporados à lógica industrial moderna.

Para compreender a obra de Veblen, é fundamental analisar os conceitos que formam a estrutura social coletiva, incluindo hábitos, instintos e instituições. A instituição vebleniana não é definida apenas por si só, como na concepção de Acemoglu, mas é um reflexo da pluralidade social. Veblen utiliza filosofia pragmática clássica e noções de psicologia para colocar o indivíduo no centro da estrutura de pensamento, seja cultural, social ou econômica.

A abordagem maximizadora e utilitarista da economia muitas vezes entra em conflito com as necessidades da sociedade como um todo. Afinal, a sociedade é composta por uma rede complexa de interações e identidades, em que as pessoas constroem suas identidades em relação aos outros. Esse processo é uma manifestação da natureza política e social do ser humano, que busca se relacionar e se integrar ao grupo ao qual pertence, conforme destacado por Aristóteles em sua obra *Política* (1973).

A pertença a um grupo é, portanto, uma necessidade humana fundamental, e sua importância pode ser observada em diversos contextos sociais e culturais. No entanto, essa necessidade de pertencimento muitas vezes entra em conflito com as pressões do mercado e a lógica utilitarista que permeia as relações econômicas. O foco na maximização dos lucros e na obtenção do máximo benefício individual muitas vezes desconsidera as necessidades e aspirações coletivas, bem como as dinâmicas sociais mais amplas que estruturam as relações humanas.

Assim, é necessário repensar a forma como a economia é concebida e operacionalizada, de forma a considerar não apenas as escolhas e preferências individuais, mas também as necessidades e demandas coletivas que emergem das interações sociais. Isso requer uma abordagem mais holística e integrada, que leve em conta as dimensões sociais, culturais e políticas da atividade econômica, e que permita que as pessoas sejam vistas como seres sociais e políticos, e não apenas como indivíduos maximizadores de utilidade.

[...] Veblen levou para sua construção teórica os importantes conceitos de instintos, hábitos e instituições. Com base nesses fundamentais conceitos o autor pode, de maneira consistente com sua proposta evolucionária, construir uma teoria convergente com os rápidos processos de mudanças oriundos da sociedade capitalista moderna. (Krazuer, 2019, p. 61).

O advento de uma nova compreensão implica em uma mudança significativa no entendimento acerca de determinados assuntos que, até então, eram negligenciados ou considerados periféricos. Tal mudança implica em uma maior abertura para a discussão e reflexão sobre essas questões, bem como em uma melhor compreensão de seu contexto e significado. Essa virada de chave pode ter origem em diversas fontes, incluindo o surgimento de novas teorias, a revisão crítica de conceitos e valores previamente estabelecidos, e o reconhecimento da importância de vozes e perspectivas anteriormente marginalizadas. A partir desse novo entendimento, é possível ampliar e aprofundar a compreensão dos fenômenos e processos que caracterizam as mais diversas áreas do conhecimento humano.

O contexto vebleniano pode ser associado à relação entre passado, presente e futuro, pois ele se baseia em uma análise histórica e crítica da sociedade e da economia, levando em consideração tanto as instituições e práticas sociais do passado quanto as

condições e tendências do presente que moldam o futuro. Veblen acreditava que a evolução da sociedade era guiada por hábitos e instituições que se desenvolveram ao longo do tempo, e que esses hábitos e instituições moldavam o comportamento dos indivíduos e a dinâmica econômica. Para entender as condições econômicas e sociais do presente, era necessário entender as origens históricas desses hábitos e instituições.

Além disso, Veblen argumentava que a dinâmica econômica estava ligada a questões sociais e culturais mais amplas, e que mudanças nessas questões poderiam ter impactos significativos no futuro da economia e da sociedade. Portanto, para compreender o futuro, era necessário levar em consideração as mudanças em andamento na sociedade e na cultura. A análise vebleniana da sociedade e da economia leva em consideração tanto o passado quanto o presente e as tendências futuras, com o objetivo de entender como as instituições e práticas sociais moldam a dinâmica econômica e como as mudanças sociais e culturais podem influenciar o futuro.

É possível fazer uma associação entre as ideias de Veblen e o contexto das *fake news*, pois ambos abordam questões relacionadas à manipulação da informação e à construção de narrativas enganosas. Veblen enfatiza que as instituições sociais são moldadas pelos hábitos e costumes que se desenvolvem ao longo do tempo, o que muitas vezes gera uma resistência a mudanças e inovações. No contexto das *fake news*, essa resistência pode ser vista como uma tendência a acreditar em informações que reforçam crenças e ideologias já estabelecidas, mesmo que essas informações sejam falsas ou enganosas.

Ademais, Veblen também destaca a importância da análise crítica das instituições sociais e econômicas, de forma a compreender as dinâmicas e interesses que moldam essas estruturas. Da mesma forma, no contexto das *fake news*, é fundamental questionar a veracidade e a fonte das informações divulgadas, a fim de evitar a propagação de informações falsas e prejudiciais. Dessa forma, é possível perceber que as ideias de Veblen podem ser aplicadas ao contexto das *fake news*, contribuindo para uma compreensão mais crítica e reflexiva sobre a maneira como a informação é produzida e disseminada na sociedade.

### 2.1.2 Hábitos e Instintos

Como mencionado anteriormente, Thorstein Veblen foi um dos mais importantes sociólogos e economistas americanos do final do século XIX e início do século XX, cujas contribuições influenciaram significativamente a teoria econômica e social da época. Em seu livro "A Teoria da Classe Ociosa", publicado em 1899, Veblen explora a relação entre hábitos e instintos humanos e o comportamento econômico.

De acordo com Veblen, os hábitos e instintos humanos são fatores fundamentais que influenciam o comportamento econômico de uma sociedade. Os hábitos referem-se às formas estabelecidas de comportamento que são passadas de geração em geração, enquanto os instintos são características inatas do comportamento humano. Ambos são influenciados pela cultura e pelo ambiente social em que as pessoas vivem.

Veblen argumenta que os hábitos e instintos humanos são importantes para entender o funcionamento da economia, pois eles moldam as preferências e escolhas das pessoas. Por exemplo, os hábitos de consumo de luxo são comuns em sociedades onde a ostentação é valorizada, enquanto os hábitos de economia são mais comuns em sociedades onde a frugalidade é valorizada. Da mesma forma, os instintos de competição e exibição são mais comuns em sociedades onde o status social é altamente valorizado.

Além disso, Veblen destaca que os hábitos e instintos humanos podem ser manipulados e explorados pelos poderosos para manter e aumentar sua posição social e econômica. Por exemplo, a publicidade pode ser usada para criar novos hábitos de consumo ou reforçar hábitos existentes, enquanto a ostentação pode ser usada para criar um desejo de status social e, portanto, aumentar a demanda por bens de luxo.

Veblen argumenta que, para entender a economia e a sociedade em geral, é necessário entender como os hábitos e instintos humanos são moldados pela cultura e pelo ambiente social. Ele também destaca a importância de entender como os poderosos podem manipular e explorar esses hábitos e instintos para manter e aumentar sua posição de poder. O autor argumenta que os hábitos e instintos humanos são fatores fundamentais para entender o comportamento econômico e social. Eles são influenciados pela cultura e pelo ambiente social e podem ser manipulados e explorados pelos

poderosos para manter e aumentar sua posição de poder. Entender esses fatores é essencial para entender a economia e a sociedade em geral.

O compositor, por meio de seu caráter pluralista e ontológico, apresenta dois tópicos fundamentais que compõem o núcleo duro de seu pensamento. Estes tópicos, que se complementam na análise do contexto social, são representados pelas definições de hábitos e instintos.

Enquanto os hábitos referem-se às formas estabelecidas de comportamento que são passadas de geração em geração, os instintos são características inatas do comportamento humano. Ambos são influenciados pela cultura e pelo ambiente social em que as pessoas vivem, de modo que são também processos de construção social. Neste contexto, Veblen destaca que os instintos são adaptativos, ou seja, estão em constante processo de evolução e inserção na sociedade. A característica distintiva que identifica qualquer instinto dado é encontrada no caráter particular do propósito para o qual ele direciona. Diferente da ação topográfica, o instinto envolve consciência e adaptação a um fim visado.

É importante ressaltar que os conceitos de hábitos e instintos em Veblen diferem entre si, mas se complementam quando enquadrados na sociedade. É através do contexto social que se desenvolve a nova economia proposta por Veblen. Assim, os hábitos e instintos são elementos fundamentais para a compreensão do comportamento econômico e social, uma vez que são influenciados pelas dinâmicas culturais e sociais que moldam a ação humana. Em suma, Veblen apresenta uma análise profunda e complexa acerca dos hábitos e instintos humanos, destacando a importância desses elementos para a compreensão do comportamento econômico e social. Ao considerar a influência da cultura e do ambiente social na formação desses conceitos, Veblen demonstra a complexidade e a riqueza do pensamento sociológico e econômico.

Os instintos, em Veblen, não são estáticos, mas sim dinâmicos e interativos, o que implica em uma crítica consistente à ideia de um indivíduo maximizador, ainda presente nos manuais de economia atuais. Dentre os principais instintos da teoria, destacam-se o *instinct of workmanship*, *paternal bent*, *idle curiosity* e *predatory instinct* (KRAUZER, 2019). O primeiro deles, o do trabalho eficiente, representa a aversão ao desperdício do tempo humano e é o que garantiu, segundo Veblen, a sobrevivência humana. No entanto,

é importante notar que o termo "eficiente" aqui não se relaciona com a ideia de alocação eficiente e maximizadora do *mainstream*, mas sim com a sobrevivência e a relação de interligação com o lucro. Além disso, como a sobrevivência não é uma designação singular e fechada, esse instinto é adaptativo. Já o instinto paternal, de inclinação à paternidade, reflete a preocupação não apenas do indivíduo em sobreviver, mas também em não sobreviver sozinho, evidenciando a noção de coletivo, perpetuação e resistência.

O instinto de curiosidade desinteressada, ou *idle curiosity*, caracteriza a natureza humana. Segundo Veblen (1914), os indivíduos buscam o conhecimento pelo próprio conhecimento. É importante destacar que a forma como essa busca ocorre está interrelacionada com os diferentes modos de busca de conhecimento e seus propósitos. Ao longo do processo de compreensão, é possível resgatar a curiosidade desinteressada como instinto e entender como ela é percebida pelos grupos políticos para fisgar o próprio indivíduo inserido em determinado contexto. A curiosidade é, portanto, uma característica intrínseca ao ser humano que instiga a vida e se enquadra em um processo evolutivo.

Os hábitos evolutivos, por sua vez, são as circunstâncias cotidianas que possibilitam a identificação dos instintos e constituem um processo de socialização humana. É por meio dos hábitos evolutivos que o comportamento do indivíduo é moldado em sua inserção no ambiente plural e coletivo. Em suma, os instintos e hábitos em Veblen são características fundamentais pelo caráter pluralista e ontológico do autor, que buscam compreender a sociedade a partir de uma perspectiva evolutiva e adaptativa.

Segundo Veblen (1914), essa convencionalização comportamental apresenta-se, substancialmente, como resultado de um processo cumulativo de tradições advindas do passado. Ou seja, o conhecimento e as experiências do passado mostram-se ativas no modo de pensar do presente através da cumulatividade de características comportamentais dos indivíduos. Em última instância, essa cumulatividade de características é responsável pela habituação. (KRAUZER, 2019).

Existem dois tipos de hábitos que moldam o comportamento humano: os cognitivos e mentais, relacionados ao nível dos pensamentos, e os hábitos de vida, que são relacionados à experiência. Esses hábitos condicionam o comportamento, mas não são determinísticos. Por outro lado, as instituições assumem um papel importante no comportamento humano, sendo vistas por Veblen como uma rede de relações cognitivas e comportamentais (KRAUZER, 2019).

De acordo com Veblen, existem três níveis que formam o comportamento humano: os instintos, que são a dimensão mais rígida e básica, os hábitos, que consideram a deliberação e são um nível mais individualizado do comportamento, e finalmente as instituições, que são hábitos convencionados arraigados em hábitos de pensar e que conferem à adoção dos comportamentos conforme as instituições uma aceitação social. Dessa forma, o critério de valoração social é a adequação dos comportamentos humanos (Krauzer, 2019). É importante ressaltar que as instituições e hábitos, assim como os instintos em um nível mais básico, estão sujeitos à seleção em um processo evolutivo. Essa seleção pode acontecer ao longo do tempo, à medida que o ambiente social e cultural se modifica, e os hábitos se tornam menos adaptativos. Portanto, o comportamento humano é influenciado pelos instintos, pelos hábitos e pelas instituições, e todos esses elementos estão sujeitos à evolução e seleção ao longo do tempo (CAVALIERI, 2009<sup>1</sup>, p. 318, *apud* KRAUZER, 2019, p. 72).

Quadro 1 - Instintos, hábitos e instituições na teoria Vebleniana

Instintos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não são tropismos               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Podem ser entendidos como hábitos de períodos remotos que foram fortemente enraizados</li> </ul> </li> <li>• São diversos e direcionados a finalidades específicas               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Podem ser sobrepostos e exercer influências um sobre o outro</li> </ul> </li> <li>• Apresentam características de uma seletividade evolucionária</li> </ul>
Hábitos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Têm o papel de condicionar e direcionar os comportamentos               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Viabilizam a execução de instintos</li> </ul> </li> <li>• São aprendidos socialmente e coletivizados               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Podem ser divididos em hábitos de vida e hábitos de pensamento</li> </ul> </li> <li>• Os hábitos de vida condicionam os hábitos de pensamento</li> </ul>
Instituições	<ul style="list-style-type: none"> <li>• São hábitos socialmente compartilhados</li> <li>• Podem apresentar caráter formal e informal</li> <li>• Apresentar caráter conservador (difícil mudança) devido ao enraizamento habitual</li> </ul>

Fonte: Krauzer (2019).

A teoria de Veblen enfatiza a relevância dos instintos e sua interação com os hábitos como elementos cruciais para compreender a natureza humana, bem como suas contribuições para o institucionalismo. Esta perspectiva não apenas evita uma concepção

---

<sup>1</sup> CAVALIERI, M. *O Surgimento do Institucionalismo Norte-Americano: Um Ensaio Sobre o Pensamento e o Tempo de Thorstein Veblen*. Belo Horizonte: Tese de Doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR), 2009.

de indivíduo reduzida à estrutura social, mas também destaca a importância dos processos cognitivos e comportamentais na formação dos indivíduos.

Os instintos, segundo Veblen, são fundamentais na natureza humana, pois moldam as bases dos comportamentos, incluindo ações e decisões. No entanto, esses instintos não são estáticos, mas sim combinatórios e interativos. Por meio da interação com os hábitos, é possível criar padrões de comportamento que não são totalmente determinísticos, mas são condicionados pela influência dos instintos e pelas escolhas conscientes.

Por sua vez, as instituições são como uma malha de relações cognitivas e comportamentais que moldam a vida social. Essas instituições são constituídas por hábitos convencionados, que são arraigados em hábitos de pensar, e que conferem uma aceitação social aos comportamentos conformes às instituições. O critério de valoração social, portanto, é a adequação dos comportamentos humanos aos padrões institucionais. Ao considerar os instintos, hábitos e instituições, Veblen propõe uma compreensão complexa e dinâmica da natureza humana e da vida social. A perspectiva institucionalista de Veblen destaca a importância dos processos cognitivos e comportamentais na formação dos indivíduos, bem como na evolução das instituições sociais.

Um dos elementos teóricos fundamentais para a compreensão da abordagem institucionalista de Veblen é a importância que este dá aos instintos, como componentes fundamentais da natureza humana, e a sua interação com os hábitos. O primeiro trabalho do autor sobre o tema foi uma publicação em 1989, denominada *The Instinct of Workmanship and the Irksomeness of Labor*. Este foi o texto seminal que estabeleceu, antes mesmo da Teoria da Classe Ociosa, as bases para o entendimento dos determinantes da conduta humana na teoria Vebleniana. O tema volta a aparecer nos vários trabalhos do institucionalista, sendo inclusive considerado como a categoria fundamental para o entendimento mais amplo de suas ideias, podendo ser atribuído igual importância, senão maior, em comparação com as instituições (CAVALIERI, 2009). Neste sentido, Veblen foi profundamente influenciado pela psicologia dos hábitos e instintos de William James e William McDougall. Os conceitos de instinto e hábito fornecidos por estes autores apontaram para um relato mais completo de como as motivações individuais evoluíram (HODGSON, 2004). Por outro lado, mesmo caindo em desuso a partir do período de entre guerras, a teoria dos instintos teve um breve protagonismo na sociologia norte americana, influenciando as análises da dinâmica industrial de muitos autores da época, como Carleton Parker (1918), Ordway Tead (1918), Frank Watts (1921), John M. Clark (1918), entre outros. (FREITAS, 2020, p. 2).

A teoria econômica neoclássica que propunha uma concepção de natureza humana estática e imutável não é mais suficiente para dar conta das complexidades do



mundo real. A abordagem institucionalista de Veblen, por outro lado, reconhece a importância dos hábitos mentais e comportamentais que são formados a partir de um processo causal complexo. Não há uma única linha de causalidade simples, mas sim uma ampla variedade de possibilidades. A natureza humana é moldada tanto pelos instintos como pela estrutura institucional que é acumulativamente transformada ao longo do tempo. Em resumo, a abordagem institucionalista vebleniana oferece uma maneira mais completa e abrangente de entender a natureza humana e sua relação com a estrutura social.

Não se encontra prática social que esteja fora do alcance das disposições habituais. Hábitos de vida de há muito tornados eficientes convertem-se em hábitos de pensamento. Uma vez perpetuados na história, diminuem a capacidade dos homens de promover mudanças efetivas nas organizações sociais ou políticas, bem como alterações significativas de padrões culturais dispostos desde longa época. Por isso Veblen admite que “leva tempo para que qualquer mudança impregne as massas e altere a atitude habitual das pessoas” (1965a, p. 105). Nestes termos, a concordar com os conceitos veblenianos de instinto e hábito, aceita-se um desdobramento histórico que está mais para a continuidade do que para a ruptura. Antes do que divergência, os processos sociais apresentam-se dotados de uma harmonia imposta pelo amplo repertório das disposições habituais. (SILVA, 2010).

Um instinto é definido pela sua finalidade, sendo uma categoria teleológica. Ele tem o poder de estimular a atividade cognitiva de maior nível na mente humana, ao despertar impulsos primários que direcionam os processos deliberativos que culminam em ações inteligentes (FREITAS, 2020, p. 5). Dessa forma, os instintos representam os propósitos e intencionalidades inerentes ao comportamento humano. Já os hábitos, por sua vez, são as formas como esses propósitos e intencionalidades são manifestados na prática. Enquanto os instintos representam a dimensão mais rígida e automática do comportamento humano, os hábitos envolvem a deliberação e a individualização desse comportamento (KRAUZER, 2019). Assim, os instintos e os hábitos compõem dois níveis fundamentais da natureza humana que são capazes de influenciar e moldar o comportamento humano em diferentes situações.

Na abordagem vebleniana, tanto os instintos quanto os hábitos são de grande importância na explicação da conduta humana (VEBLEN, 1914). São dois elementos de natureza distinta mas complementares e interdependentes. Os instintos são considerados dotações inatas, incorporados às pessoas desde os primeiros instantes de vida. São propriedades biológicas e, portanto, hereditárias,

transmitidas a partir dos genes. Já os hábitos são de natureza social, adquiridos e construídos ao longo da vida humana. Também são hereditários, mas sua transmissão se dá a partir das experiências compartilhadas entre vários indivíduos de diferentes gerações. (FREITAS, 2020, p.7).

De forma dinâmica, o conceito de experiências, evolução, tempo e espaço se apresentam como conceitos diversos e em constante mutação. A ideia de *homo economicus*, por sua vez, é considerada uma anomalia no que diz respeito à própria concepção de evolução. Em sua teoria institucionalista, Veblen foi capaz de deduzir alguns instintos que julga essenciais historicamente, como o do trabalho eficaz e do artesanato. Além disso, ele também destacou que o avanço das condições materiais corrobora para o surgimento de novas inclinações, como o caso da curiosidade desinteressada, que está relacionada com a busca livre por conhecimento.

Ao deixar de ter o propósito exclusivo de garantir a sobrevivência, o instinto humano passa a incluir uma propensão predatória, que desempenha um papel importante no comportamento social. A inclinação para a emulação, por exemplo, é uma busca por aceitação e por maior relevância dentro do coletivo. De acordo com Veblen (1898), a tendência ao comportamento imitativo já estava presente na mente humana desde os primeiros estágios do desenvolvimento cultural. No entanto, as condições de vida desse período não faziam com que a exigência de respeito e a prática da competição evidenciassem o comportamento individual.

Uma vez que a comparação e rivalidade passam a ser cada vez mais habituais no comportamento dos agentes, estes hábitos acabam delimitando o alcance dos instintos. Neste caso, a dominância do hábito para a emulação acaba por limitar os impulsos proferidos pelo instinto para o trabalho eficaz, enquanto, por outro lado, dá mais vazão para a propensão da busca por estima. [...]. O acúmulo e ostentação de riqueza se tornam, portanto, os principais hábitos predatórios, sendo realizados a partir da exploração e apropriação do trabalho de outros indivíduos. (FREITAS, 2020, p. 16).

Durante as transformações observadas por Veblen, um novo nível de complexidade emerge. As instituições passam a ter propriedades e dinâmicas próprias, capazes de moldar os hábitos mentais individuais de todos os membros da sociedade. No entanto, é importante ressaltar que as propensões instintivas e as instituições sociais estão interligadas. Veblen descreveu a curiosidade desinteressada como um instinto aparentemente sem propósito, mas hoje percebemos que ela pode ser usada de forma

direcionada e estratégica, inclusive na política. Infelizmente, a curiosidade pode ser barrada pela propagação de *fake news*, as quais reforçam instintos e hábitos conservadores e conseguem dialogar com uma grande parcela da sociedade.

Por isso, é importante resgatar os conceitos do antigo institucionalismo para incorporá-los ao debate contemporâneo e voltar a análise para o que é real, e não para o que gostaríamos que fosse real. Assim, poderemos compreender a dinâmica das instituições e dos hábitos mentais em um mundo em constante evolução.

Destaca-se que o processo evolucionário a nível institucional não apresenta uma característica de exclusão das características anteriores. Pelo contrário, conforme a lógica evolutiva mostra-se presente nos hábitos e instituições, é possível notar traços correspondentes a períodos anteriores, mesmo que como uma unidade esses elementos sejam diferentes. Ou seja, assim como Veblen (1898) já nos antecipara, o processo institucional-evolucionário se dá através de *causações* cumulativas. Através destas *causações* cumulativas, mutações ocorrem gerando variabilidade nos elementos institucionais e, justamente através da variabilidade, torna-se possível o processo evolucionário da seleção. (KRAUZER, 2019, p. 76)

De acordo com Similiquili (2016), a dinâmica das ciências econômicas e sociais é formada por processos de adaptação, formação e identificação que não são singulares e contribuem para uma compreensão realista dessas áreas. Nesse sentido, é importante considerar a obra de Veblen, que identificou o papel das forças na formação de hábitos e instituições. Esse conceito pode ser relacionado com a questão das *fake news*, já que essas notícias falsas são capazes de influenciar a opinião pública por meio da manipulação de hábitos e instintos conservadores. Portanto, a análise dos processos sociais e econômicos deve levar em conta essas dinâmicas complexas para uma compreensão mais realista da realidade.

Força e fraude. São essas as armas à disposição da barbárie na legitimação da violência institucional. Mas mais do que sua realização direta, imediata, sem máscaras ou disfarces, encontram-se os dois princípios materializados em um conjunto de práticas enobrecidas pela evolução institucional da civilização ocidental. Guerra, ocupações pecuniárias (negócios e política), esportes e jogos - todos esses ofícios são reveladores dos hábitos mentais favorecidos pelo arcabouço institucional que se estabelece no esteio do barbarismo. A esses mesmos expedientes, e à sua fundamentação violenta ou fraudulenta, encontramos a correspondência com hábitos mentais marcadamente individualistas - logo, em confirmação do que delineamos em passagens anteriores como a construção institucional do indivíduo. (SIMILOQUILI, p. 132).

O texto trata da relação entre força, fraude e violência institucional, apontando que esses princípios são enobrecidos por práticas que fazem parte do arcabouço institucional da civilização ocidental, como a guerra, os negócios, a política, os esportes e os jogos. Segundo o autor, essas práticas revelam hábitos mentais individualistas e são fundamentadas em valores violentos ou fraudulentos. O texto sugere que essas práticas estão relacionadas à construção institucional do indivíduo, ou seja, elas moldam a maneira como as pessoas se veem e se comportam dentro da sociedade. O autor, portanto, argumenta que é importante compreender essa dinâmica para uma compreensão mais realista das ciências econômicas e sociais aplicadas.

Os conceitos e sua relevância no cenário nacional e internacional estão interligados e em constante desenvolvimento, mesmo que não tenham sido reconhecidos com os mesmos nomes utilizados atualmente. Diante disso, continuaremos a explorar essa conexão conceitual.

## 2.2 OS MITOS AUTORIZADOS, A CRIAÇÃO DE MITOS E REFLEXÕES SOBRE O PRESENTE BRASILEIRO

O conceito de "mitos autorizados" foi cunhado pelo economista Thorstein Veblen para descrever narrativas e ideologias que são disseminadas pelas elites dominantes e aceitas pela sociedade como verdades absolutas. Esses mitos são usados para legitimar a posição de poder e manter o status quo. Na política, essa estratégia pode ser utilizada para justificar políticas públicas ou ações do governo, mesmo que essas políticas ou ações sejam questionáveis ou prejudiciais para a população. Nos dias atuais, a criação de mitos e a disseminação de narrativas falsas têm sido usadas como estratégia política em diversos países, incluindo o Brasil. Essas narrativas falsas muitas vezes se baseiam em mitos autorizados, criados e disseminados pelas elites dominantes, e são amplamente difundidas pelas redes sociais.

O uso de mitos autorizados e a disseminação de *fake news* podem ter graves consequências para a sociedade, pois criam um ambiente de desinformação e polarização. Além disso, podem levar à legitimação de ações políticas prejudiciais para a população, a perpetuação da desigualdade e a manutenção do status quo de poder. Por

isso, é importante combater a disseminação de mitos e *fake news*, promovendo a educação e a conscientização da população sobre a importância da veracidade das informações e do papel crítico da mídia e dos indivíduos na construção de uma sociedade justa e democrática.

Os "mitos autorizados" (enabling myths) é um conceito desenvolvido por William Dugger e Howard Sherman, que atribui às elites sociais o controle sobre o restante da população. Esse controle pode ser sutil, mas é firme na manutenção do status quo nas sociedades, por meio de regras, convenções, patriotismo e até mesmo mitos econômicos, como a mão invisível do mercado e os manuais básicos de economia. A utilização desses mitos é evidente na eleição presidencial de 2018 no Brasil, onde o patriotismo foi explorado de forma estratégica. O próprio termo "mito" sugere uma garantia de crescimento, mas a compreensão adequada do crescimento requer a análise de trajetórias e processos, não apenas indivíduos, reformas ou convenções.

É importante salientar que Dugger (1994) observa que o institucionalismo de Veblen é caracterizado por sete traços distintos:

- a) a natureza processual da economia, que vai além do equilíbrio neoclássico;
- b) a análise da irracionalidade que permeia as classes exploradas;
- c) a crítica à dominação baseada no status, no poder e no mito;
- d) a defesa da igualdade;
- e) a combinação de pragmatismo e sustentação filosófica, ou seja, uma "fusão do instrumentalismo e do existencialismo", de acordo com o autor;
- f) a promoção da democracia; e
- g) a busca pela transformação radical da sociedade (DUGGER, 1994b<sup>2</sup>, p.552-571 *apud* SILVA, 2010).

Consequentemente, é urgente a necessidade de resgatar um institucionalismo que não exclua determinadas camadas sociais nos tempos atuais. A atualidade desse momento se conecta ao conceito de emulação, ou seja, a ação de um indivíduo copiar os valores e hábitos dos membros de classes sociais superiores. Isso levanta questões sobre a diversidade e o pluralismo na sociedade. Quando um indivíduo não se enxerga

---

<sup>2</sup> DUGGER, W.M. Radical Institutionalism: basic concepts. In: WOOD, John Cunningham (ed.). **Thorstein Veblen: critical assessments** (volume II). New York: Routledge. 1994.

em uma posição social específica, ele não apenas se torna invisível para os outros, mas também para si mesmo, e pode aceitar mitos genéricos. É por isso que devemos direcionar nossos olhares para a política brasileira, pois estamos lidando com a aceitação da manutenção de uma ordem social que inibe o desenvolvimento de novos potenciais de mudanças estruturais econômicas, sociais e históricas.

Na visão do institucionalismo radical, assumir uma perspectiva econômica dinâmica e processual exige a participação em um sistema democrático para a construção de soluções. Portanto, a democracia é essencial para promover a igualdade e a transformação social entre diferentes camadas sociais.

Os "mitos autorizados" e a "emulação" ajudam a explicar como a irracionalidade e o condicionamento social se fundem, permitindo às sociedades estratificadas se manterem unidas pela criação de uma "falsa consciência" nas populações inferiores. Tal fenômeno assegura uma não-ruptura na ordem estabelecida, impedindo os "dominados" de se rebelarem. (CONCEIÇÃO, 2000, p.98).

Essa sentença descreve a relação entre os conceitos de "mitos autorizados" e "emulação" para explicar como a irracionalidade e a influência social se combinam para criar uma "falsa consciência" nas camadas inferiores da sociedade, permitindo que a estratificação social seja mantida sem ruptura. Essa falsa consciência resulta em uma aceitação passiva da ordem social estabelecida, impedindo qualquer tipo de rebelião por parte dos grupos "dominados". A ideia é que os mitos autorizados, ou seja, as narrativas ou crenças que são aceitas pela sociedade como verdadeiras, juntamente com a emulação, ou seja, a tendência dos indivíduos a imitar os comportamentos e valores das camadas sociais superiores, ajudam a manter a ordem social existente e a inibir o desenvolvimento de novas ideias ou mudanças estruturais. Essa compreensão é importante para analisar a dinâmica das relações sociais e para identificar as possibilidades de transformação social em sociedades estratificadas.

A emulação e os mitos autorizados são dois fatores que ajudam a manter a irracionalidade socializada e, conseqüentemente, a perpetuação da estratificação social. A emulação consiste no ato de imitar os valores e hábitos de uma classe superior, o que pode levar a uma homogeneização da cultura e da mentalidade, bem como a uma ausência de diversidade e pluralismo. Já os mitos autorizados são narrativas construídas

para legitimizar a dominação de uma classe sobre outra, muitas vezes apoiados em conceitos como patriotismo, mão invisível do mercado e manuais de economia, que servem para manter a ordem estabelecida e impedir a rebelião da classe trabalhadora.

Esses fenômenos são alimentados pela produção de uma falsa consciência nas populações inferiores, o que é facilitado pela disseminação de notícias falsas direcionadas e bem planejadas. Isso contribui para uma não-ruptura de interesses de uma minoria dominante. Essas estratégias foram absorvidas por agências políticas, que perceberam a importância de criar e manter uma narrativa que legitime sua posição de poder. William Veblen, teórico institucionalista, já havia alertado para a importância da desinstitucionalização da pobreza, da democracia e da igualdade como fatores fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade. Portanto, é necessário despertar para o fato de que quanto mais livre de instituições arcaicas uma sociedade estiver, maiores serão suas chances de desenvolvimento e progresso.

### **3 OS EFEITOS DO PREDADORISMO VEBLENIANO NA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA**

Thorstein Veblen (1857-1929) se destacou por suas contribuições no estudo comportamental, o que o torna relevante até os dias atuais. Contudo, é importante destacar que a análise comportamental vebleniana difere do mainstream da economia comportamental atual, que apresenta uma relação mais próxima com a economia convencional. Em sua pesquisa, Veblen aborda a questão predatória, a qual é intrinsecamente ligada à evolução. O termo "predatório" é frequentemente associado a animais com comportamento primitivo, como a caça, superioridade e soberania. No entanto, apesar de o ser humano ser considerado um ser social, ele também apresenta comportamentos predatórios em relação aos outros seres e até mesmo em relação à sua própria espécie.

Para Veblen, o predadorismo refere-se a um comportamento humano baseado na busca por status e poder em detrimento dos outros, algo que ele viu como profundamente enraizado na cultura capitalista. Em sua obra *A Teoria da Classe Ociosa*, Veblen argumenta que a busca pelo status é um comportamento que se origina em sociedades primitivas e é transmitido através da cultura, perpetuando-se ao longo do tempo. O autor via o predadorismo como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico e social, já que ele leva à concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos, impedindo a mobilidade social e a igualdade de oportunidades. Ele criticou o predadorismo dos empresários que buscavam maximizar seus lucros sem considerar os interesses dos trabalhadores e da sociedade em geral, e defendeu uma economia mais cooperativa e democrática, onde a produção seria voltada para as necessidades da sociedade e não para o lucro individual.

Na perspectiva do autor, o predadorismo não se limitava apenas à economia, mas permeava toda a sociedade, incluindo a política, a cultura e a educação. Ele via o sistema educacional como um mecanismo para a transmissão da cultura predatória, ensinando aos alunos a buscar o status e a riqueza a qualquer custo, em vez de enfatizar valores cooperativos e sociais. A análise de Veblen sobre o predadorismo foi fundamental para



entendermos as relações de poder e status presentes na sociedade capitalista, bem como para repensar a economia e a educação de forma mais cooperativa e democrática.

Mesmo nos primeiros estágios da cultura bárbara, apesar de não se encontrar a classe ociosa claramente definida, os usos, motivos e circunstâncias que resultaram na sua instituição, anunciavam o início de sua evolução. Já existia diferenciação de funções, que era a base de uma estratificação social. Naqueles estágios a classe superior ainda estava, de alguma forma, vinculada ao trabalho. [...]. O homem por necessidade seletiva é um agente. Ele se vê a si próprio como o centro do desenrolar de uma atividade impulsiva, de uma atividade "teleológica". Ele é um agente que em cada ato procura a realização de algum fim concreto, objetivo, impessoal. Sendo um tal agente, ele tem preferência por atividade eficaz e repugnância por esforço fútil; sente o mérito da eficiência e o demérito da futilidade, do desperdício, da incapacidade. Esta atitude ou propensão pode-se denominar de instinto de artesanato. Sempre que as circunstâncias ou as tradições de vida levam a uma comparação habitual entre indivíduos, no tocante à eficiência, o instinto de artesanato resulta em emulação ou disputa entre eles. A extensão deste resultado depende, de modo considerável, do temperamento da população. Nas comunidades em que usualmente se fazem tais comparações, o sucesso se torna em si mesmo, desejável pela sua utilidade como base de estima social. O indivíduo ganha estima e evita censura tornando bem evidente a sua eficiência. O resultado é que o instinto de artesanato produz demonstração emulativa de força (VEBLEN, 2018, p. 286 *apud* CHELUCHINHAK; CAVICHIOLLI, 2010, p. 5, 9).

O termo "mitos autorizados" foi introduzido pelo autor para descrever os mitos e ideias dominantes que são usados para justificar a hierarquia e a desigualdade na sociedade. Esses mitos são construídos pelas elites para manter sua posição de poder e legitimar a exploração das classes mais pobres. Se refere à análise de Thorstein Veblen sobre a evolução da classe ociosa na sociedade humana. Mesmo nos estágios iniciais da cultura bárbara, Veblen identifica a existência de uma diferenciação de funções, que dá origem a uma estratificação social. Nessa época, a classe superior ainda se vinculava ao trabalho, mas já havia indícios de uma evolução em direção à ociosidade.

Veblen destaca que o ser humano é um agente que busca constantemente a realização de objetivos concretos e impessoais, sendo movido pelo que ele chama de "instinto de artesanato". Esse instinto leva à emulação e disputa entre os indivíduos, uma vez que o sucesso é considerado um indicador de eficiência e prestígio social. A extensão dessa emulação depende do temperamento da população e das circunstâncias sociais em que se vive.

Essa análise de Veblen é importante para entender como a emulação e a disputa pela eficiência se tornaram elementos fundamentais na evolução da sociedade humana,

levando à criação de uma classe ociosa e à estratificação social. Além disso, sua teoria ajuda a compreender a relação entre o instinto de artesanato e a busca por prestígio e reconhecimento social.

A busca por singularidade baseada no consumo é uma das formas de reduzir as pluralidades na sociedade atual, e esse registro foi capturado por Veblen no século XIX, podendo ser utilizado para entender sociologicamente a situação atual. Quando uma comunidade se torna predatória, as condições como emulação são modificadas e ações mais agressivas são valorizadas, enquanto o trabalho produtivo e a prestação de serviço a alguém são considerados deméritos. O discurso de ódio e a inversão de valores sobre o que é certo ou errado, digno ou indigno, criam uma zona cinza sobre o que é ético para alcançar um objetivo específico. A acumulação é vista como sinônimo de sucesso, refletindo as necessidades individuais do ser humano de ostentação para com os outros da mesma espécie. A comparação odiosa é um processo de estimativa das pessoas relativamente ao seu valor, e até mesmo o termo ócio está associado ao tempo gasto em atividades não produtivas que são utilizadas para autoafirmação e representação de independência (VEBLEN, 1974; CHELUCHINHAK; CAVICHIOLLI, 2010).

O emprego do termo “supérfluo” é a certos respeitos infeliz. Tal como é empregado na vida cotidiana, traz um timbre de condenação. É usado aqui à falta de um termo melhor, que descreva adequadamente a mesma série de motivos e fenômenos, e não deve ser tomado num sentido odioso, como se implicasse um dispêndio ilegítimo de produtos ou de vida humanos. De conformidade com a teoria econômica, o dispêndio em questão não é mais nem menos legítimo do que qualquer outro. Aqui se denomina “supérfluo”, porque esse dispêndio não serve à vida humana ou ao bem-estar do homem em sua totalidade, não porque seja um desperdício ou um desvio de esforço, ou dispêndio segundo estes se encaram do ponto de vista do consumidor individual que por ele optar. Escolhendo-o, isto encerra a questão da sua relativa utilidade, comparada está com outras formas de consumo não condenadas por causa da sua superfluidade. Seja qual for a forma preferida de consumo, ou o fim colimado mediante essa preferência, a sua utilidade para o consumidor se baseia na virtude dessa mesma preferência. Do ponto de vista do consumidor individual, a questão do gasto supérfluo não ocorre propriamente no âmbito da teoria econômica. Assim, pois, o emprego da palavra “supérfluo” como termo técnico, não implica condenação dos motivos ou dos fins buscados pelo consumidor sob esta regra de dispêndio conspícuo. Mas em outros setores, é digno de notar-se que o termo “supérfluo”, na linguagem corrente, implica a condenação daquilo que se caracteriza como “gasto supérfluo”. Esta implicação senso-comum é um afloramento do instinto de artesanato. A reprovação popular do gasto supérfluo equivale a dizer que, a fim de estar em paz consigo próprio, o homem comum deve ser capaz de ver em qualquer esforço ou prazer humanos uma intensificação da vida e do bem-estar em sua totalidade. A fim de obter aprovação irrestrita, qualquer fato econômico deve primeiro ser aprovado no teste da sua utilidade impessoal – utilidade do

ponto de vista genericamente humano. A vantagem relativa ou competitiva de um indivíduo em comparação com outro não satisfaz a consciência econômica, e, por conseguinte, o dispêndio competitivo não obtém a aprovação da consciência. (VEBLEN, 2018).

Em uma sociedade movida pela competição, a busca pelo adicional e pelo excedente é constante. Segundo Veblen, as manifestações de temperamento predatório são expressões de uma atitude de ferocidade emulativa e atividades deliberadamente iniciadas para obter renome de proeza. Essa perspectiva evolucionista do ser humano revela a existência de instintos convergentes e divergentes, predatórios e do trabalho produtivo, que deram origem às instituições, como a pecuniária, derivada do instinto predatório e montada em torno de ideias de ódios e anulação do trabalho não ocioso.

Veblen defende o desenvolvimento social pela força do trabalho produtivo e não ocioso, reprovando o modo de vida predatório, observado por ele em sua época na moderna sociedade industrial americana. Sua análise não dialoga com o processo de ócio estático do lazer, mas sim com uma perspectiva dinâmica da sociedade. Ele condena a falta de virtude na valorização do trabalho e na busca pelo bem comum, que resulta em uma sociedade que não cria raízes na solidariedade, mas sim na singularidade e na desvalorização do coletivo. A competição, ao invés da cooperação, é a palavra de ordem nessa sociedade.

A habilidade no uso da força, da fraude, da astúcia seria o instrumento que possibilitaria uma posição social “melhor” para o indivíduo, e, ainda que em nada contribuíssem para o bem da coletividade, os indivíduos “dotados” de tais instrumentos eram valorizados e reconhecidos pela mesma. A imagem de sociedade ideal para Veblen teria que ter por base o trabalho. Assim, a satisfação do instinto de trabalho seria sinônimo de felicidade coletiva. Já o lazer não seria vivenciado em busca de satisfação, mas para causar impacto social. Tudo aquilo que não é absolutamente indispensável à subsistência, seria desperdício. Para ele a sociedade se comporta de maneira antieconômica. Por isso, aponta para a irracionalidade da razão. (SIMIQUELI, 2016).

O trecho apresenta a visão de Veblen sobre a relação entre a posição social do indivíduo e os meios utilizados para alcançá-la. Para ele, a habilidade no uso da força, fraude e astúcia eram valorizadas pela sociedade, ainda que não contribuíssem para o bem coletivo. Isso contrasta com a imagem de uma sociedade ideal para Veblen, que teria como base o trabalho. Para ele, a satisfação do instinto de trabalho seria a chave para a felicidade coletiva. Em contrapartida, o lazer seria vivenciado não para a satisfação

pessoal, mas para causar impacto social. Para Veblen, tudo que não fosse absolutamente indispensável à subsistência seria desperdício, o que o levava a apontar para a irracionalidade da razão na sociedade.

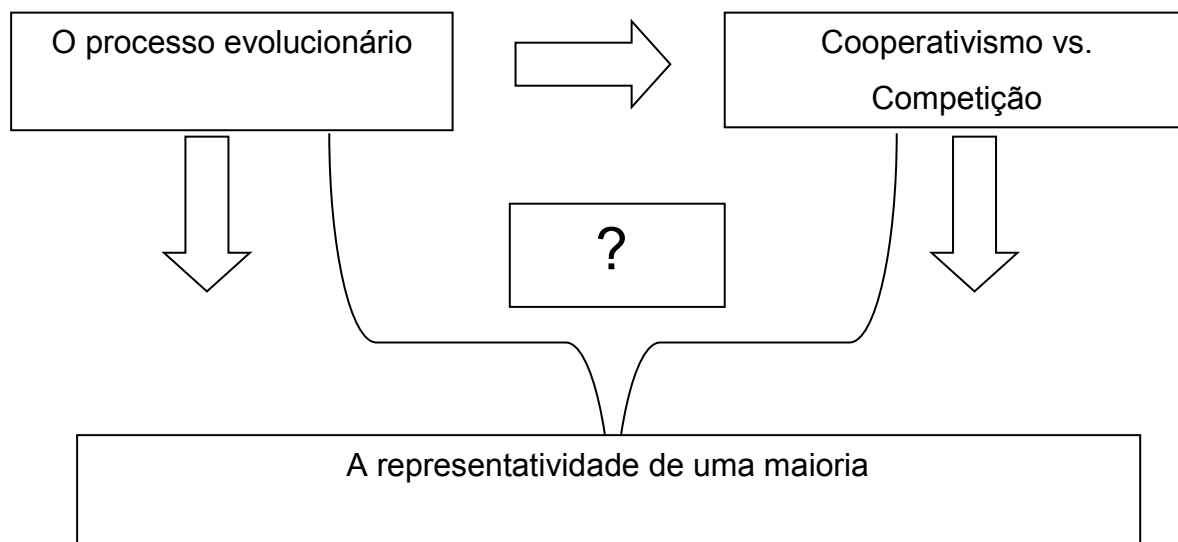
Em resumo, o trecho apresenta a visão de Veblen de que a sociedade se comporta de maneira antieconômica e que a busca pelo sucesso individual muitas vezes não contribui para o bem coletivo. Podemos relacionar esse trecho com o bolsonarismo ao observar que essa ideologia política tem sido marcada por um discurso individualista, que muitas vezes se sobrepõe ao bem coletivo. O presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores frequentemente defendem a ideia de que cada indivíduo deve ser responsável por sua própria vida e sucesso, e que o papel do Estado deve ser mínimo. Além disso, o bolsonarismo tem sido associado a um discurso de ódio e divisão, que incentiva a competição entre os indivíduos e grupos sociais, em vez da cooperação e solidariedade. Essa mentalidade individualista e competitiva pode ser vista como contrária aos ideais de Veblen, que defendia a valorização do trabalho produtivo e da cooperação em prol do bem coletivo.

Quando se reflete sobre as mudanças evolutivas que ocorreram no senso de coletivismo e comunidade entre os cidadãos, à medida que o caminhar histórico avança, ocorre uma separação das partes em relação ao todo. É notável que Veblen tenha percebido que esse processo seja antieconômico em relação à economia ensinada. Afinal, a ideia da aplicação da ciência social não é apenas um nome para se inserir no processo como um todo. Ao longo do tempo, os sentimentos e ideias de "progresso" são modificados para algo que visa principalmente o benefício próprio. Quando essa mudança de ideias é pensada em relação à política, cuja ideia principal é a comunhão das diferenças e representatividade, torna-se difícil imaginar uma representatividade que derive da diferença e dos meios para se alcançar o poder de uma nação, pautada na representação individual.

Pode-se relacionar esse trecho ao bolsonarismo, pois essa corrente política tem sido criticada por promover uma política individualista, que enfatiza a representação individual e não coletiva, deixando de lado a comunhão das diferenças e a representatividade das minorias. Isso pode ser considerado antieconômico, pois não contribui para o bem-estar coletivo da sociedade. Além disso, o bolsonarismo tem sido

acusado de promover um discurso que visa principalmente o benefício próprio, em vez de uma visão mais coletiva e solidária.

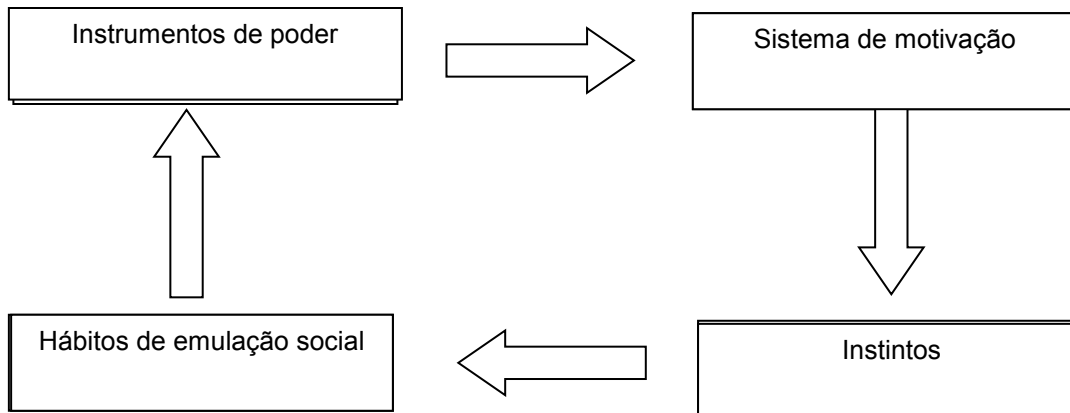
**Figura 1 - Sistematização do processo de mudanças**



Fonte: Elaboração própria.

A perspectiva dinâmica é influenciada pelas trajetórias que envolvem instintos, hábitos e instituições, e é importante entender as consequências dessas mudanças para o país e para a compreensão do presente. No contexto histórico, o período colonial brasileiro teve um papel fundamental no desenvolvimento de um projeto nacional, incluindo questões econômicas, políticas e sociais. Ao incorporar os instintos na análise, evita-se reduzir o indivíduo à estrutura social, e é essencial compreender esses fatores para identificar o processo evolutivo. De acordo com Freitas (2019), as instituições condicionam o pensamento e as ações dos agentes, mas precisam respeitar os limites impostos pelos impulsos instintivos. A abordagem institucionalista contribui para compreender as funções das instituições e suas mudanças ao longo do tempo.

**Figura 2 - A relação causal circular entre os elementos**



Fonte: Almeida (2008).

Quando se aborda a questão do sentido de trajetória e desenvolvimento, é essencial considerar uma série de elementos que influenciam esse processo, tais como os instrumentos disponíveis, as motivações envolvidas, as propensões instintivas dos indivíduos e as formas de emulação que são adotadas. É nesse contexto que o autor em questão se destaca, oferecendo uma abordagem extremamente distinta que se revela fundamental para uma análise histórica aprofundada e abrangente. Com efeito, seu trabalho permite uma compreensão mais complexa e precisa dos fatores que influenciam a trajetória de desenvolvimento de uma sociedade, evitando reducionismos simplistas que não levam em conta a multiplicidade de fatores em jogo. Ao se debruçar sobre as questões levantadas pelo autor, é possível perceber de forma mais clara como os diferentes elementos interagem entre si, moldando o caminho que a sociedade irá seguir e influenciando suas escolhas e decisões em cada etapa do processo.

**Quadro 2 - Mecanismos definidores dos sentidos das trajetórias de desenvolvimento**

Tipologia	Instrumento de poder	Sistema de motivação	Propensão instintiva	Formas de emulação
(1)	Propriedade	Pecuniário/ Compulsão	Instinto predatório	Ócio e consumo conspícuos
(2)	Personalidade/ Organização	Identificação	Instinto para o trabalho eficaz	Capacidade técnica/Utilidade

Fonte: Almeida (2008).

A análise retrospectiva é essencial para identificar padrões e momentos de transformação histórica. Desconsiderar a relevância do estudo histórico como algo

distante e desatualizado pode obstruir a compreensão das mudanças atuais que são influenciadas e moldadas pelo passado. Dessa forma, é necessário reconhecer que o presente também é uma parte integrante da história e merece ser interpretado em um contexto histórico mais amplo.

Além disso, não se pressupõe a existência de configurações rígidas e preestabelecidas para cada caso, uma vez que é da natureza da teoria institucionalista lidar com sistemas evolucionários. Esses padrões são construídos historicamente, pelas experiências vivenciadas pelos indivíduos, e se transformam a partir de choques oriundos do ambiente social, material e das próprias instabilidades endógenas. (FREITAS, 2021).

Quando se trata da análise das instituições brasileiras, nota-se que elas estão orientadas ao instinto predatório, em detrimento do trabalho eficaz. Embora muitas obras de interpretação do passado da nação, incluindo aquelas relacionadas à economia, não tenham sido influenciadas diretamente pelo pensamento de Veblen, é possível identificar traços do autor no entendimento da formação brasileira. Jessé Souza, por exemplo, argumenta que a sociedade brasileira pré-moderna era dominada pela emotividade e personalidade, o que pode ser interpretado como uma referência aos instintos e hábitos veblenianos, embora esses termos não sejam citados explicitamente (SOUZA, 2015). Nesse sentido, é importante destacar que a obra de Veblen oferece uma perspectiva interessante e relevante para a compreensão da formação e das características das instituições brasileiras.

Assim, pode-se afirmar que as instituições que emergem com a chegada dos portugueses no Novo Mundo apresentam como base as inclinações afloradas pelas experiências desses indivíduos na região até então desconhecida. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja. Caio Prado Jr. ([1942] 2017, p. 11). Este “sentido da história de um povo”, a que Caio Prado Jr. se refere, converge fortemente com a categoria dos instintos humanos que Veblen utiliza para definir a orientação das instituições. O espírito predatório com o que se tratou a região tropical se torna evidente pelas circunstâncias do processo de povoamento. Num primeiro instante, a América se estabeleceu como um obstáculo para a realização do plano inicial de encontrar o Oriente. “A ideia de

povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território” (Prado Jr., [1942] 2017, p. 13). base a inclinação para o trabalho eficaz, mas sim uma orientação puramente predatória. (FREITAS, 2021).

Uma das características marcantes da atividade econômica, social e cultural é o espírito predatório, que tem como finalidade o ganho pecuniário (CAVALIERI, 2009). Esse processo do "ter e possuir" já surge com esse sentimento nos patamares iniciais dessas atividades e na distribuição dos excedentes materiais. À luz da perspectiva vebleniana, a produção e a busca pelo excedente contribuem para o despertar de características predatórias, pois a valorização passa a ser não mais da produção em si, mas sim do resultado do excedente. Esse desvio de valores e a busca desenfreada pelo resultado, sem considerar os meios pelos quais ele é alcançado, contribuem para a formação desse espírito predatório.

Ao contrário da causalidade apresentada por Acemoglu, Johnson e Robinson (2001, 2002), considera-se que as instituições extrativas da colonização do Brasil surgiram sem que aqui se tivesse experimentado um estágio de escassez. Isso, mais a estrutura proprietária fortemente concentrada, criou condições favoráveis para a dominância do instinto predatório na mente da elite colonial. Em um primeiro momento, as instituições de cunho predatório não são limitadas pelos imperativos da inclinação do trabalho eficaz, tornando mais difícil o surgimento da identificação como motivação para a ação econômica no desenrolar do processo de desenvolvimento. (FREITAS, 2019).

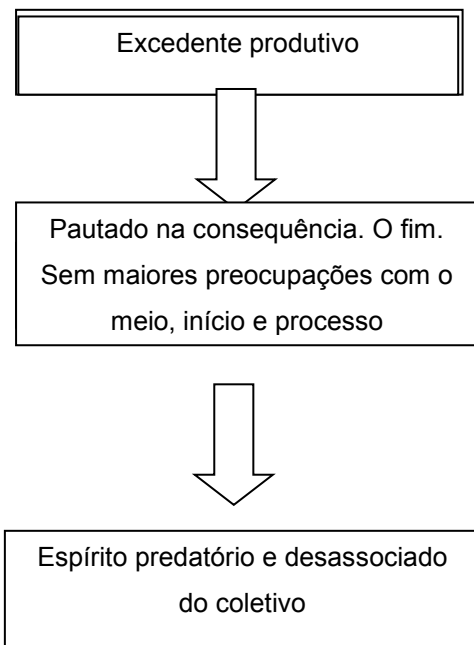
De acordo com Freitas (2019), diferentemente da causalidade apresentada por Acemoglu, Johnson e Robinson (2001, 2002), as instituições extrativas que surgiram na colonização do Brasil não foram resultado de um estágio de escassez. Ao contrário, a estrutura proprietária altamente concentrada do país, juntamente com a ausência de escassez, favoreceu a dominância do instinto predatório na mente da elite colonial. Nesse sentido, as instituições predatórias não eram limitadas pelos imperativos da inclinação para o trabalho eficaz, o que dificultou a emergência da identificação desse aspecto como motivação para a ação econômica ao longo do processo de desenvolvimento. A economia é frequentemente abordada como um campo de estudo que se concentra na escassez de recursos e na maneira como a sociedade lida com essa limitação. No entanto, na prática, o sistema econômico muitas vezes privilegia a obtenção de excedentes em detrimento da distribuição igualitária dos recursos. Nesse contexto, o



espírito predatório é muitas vezes visto como uma estratégia para conquistar uma posição privilegiada em um ambiente onde os recursos são escassos e a competição é acirrada.

De fato, o instinto predatório pode ser considerado um meio eficaz para alcançar o sucesso econômico em um contexto de escassez. No entanto, essa mentalidade pode ser prejudicial a longo prazo, pois não leva em conta a importância da colaboração e da cooperação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, a busca implacável pelo excedente pode levar a práticas desleais e desonestas que prejudicam a economia como um todo, criando desigualdades e desequilíbrios que podem se tornar cada vez mais difíceis de corrigir. Portanto, é necessário considerar cuidadosamente o papel do espírito predatório na economia, a fim de encontrar um equilíbrio saudável entre a competição e a cooperação na busca por uma sociedade mais justa e equilibrada.

**Figura 3 - O espírito predatório e o excedente**



Fonte: Elaboração própria.

As instituições são moldadas por uma variedade de fatores, mas a formação histórica é um dos mais essenciais. É importante ressaltar que a maneira como os indivíduos adquirem e exercem o poder, assim como a forma como se relacionam uns com os outros, são determinantes para a construção dessas instituições. As práticas e

instrumentos utilizados ao longo da história moldam a cultura e a estrutura social, econômica e política de uma nação. Portanto, é crucial compreender como esses fatores históricos moldaram as instituições presentes e, conseqüentemente, como influenciam o funcionamento delas na atualidade.

### 3.1 O BRASIL DOS INTÉRPRETES E A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO

O termo "desenvolvimentismo" é frequentemente utilizado de maneira ambígua e vaga, o que pode torná-lo pouco útil. No entanto, é importante compreender que os conceitos possuem expansão e intensão, e descobrir a origem do desenvolvimentismo é fundamental para compreendê-lo. A ideia de desenvolvimentismo surgiu como uma solução para superar uma realidade desconfortável e alcançar objetivos desejados, através de uma política econômica deliberadamente criada ou executada por governos, com o objetivo de mudar a sociedade. Esse objetivo é alcançado através do crescimento da produção e da liderança do setor industrial, dentro do sistema capitalista.

No Brasil, o desenvolvimentismo conquistou o Estado Nacional em 1930, através da consolidação de três correntes de ideias: nacionalismo, defesa da indústria e intervenção na indústria. Essas correntes vinham se desenvolvendo separadamente, muito antes da CEPAL e de economistas como Keynes.

O positivismo influenciou o desenvolvimentismo, mas não o núcleo duro. Essa corrente teve forte presença na América Latina e no Brasil no final do século XIX, influenciando Getúlio Vargas e contribuindo para a gênese do desenvolvimentismo. No entanto, o positivismo não é caracterizado pelo positivismo metodológico do empirismo. Os positivistas defendiam a separação entre igreja e Estado e a adesão ao científico. Eles falavam sobre modernizar o campo e melhorar a produtividade, com a ideia de evolução e progresso, como a bandeira brasileira "ordem e progresso" sugere. No entanto, essas influências não são fundamentais para fazer parte do núcleo duro do desenvolvimentismo, apesar de sua relevância para a história brasileira. Os positivistas eram conservadores, sendo contra a revolução e defendendo reformas graduais. Eles

confundiam o Estado com o setor privado e defendiam uma intervenção limitada, mas sem apoio ao crédito. Podemos dizer que os positivistas eram moralistas.

O positivismo representava uma ideia de progresso evolucionário, em vez de revolucionário, o que se aproxima dos pilares da modernização conservadora descrita por Florestan Fernandes (1969). Esses pilares eram o amor à ordem, a base da ordem e o progresso como objetivo final. No entanto, é importante reconhecer a noção de atraso e que este não é derivado de questões climáticas, teorias racistas ou culturais, mas sim de problemas históricos que podem ser superados pela práxis. Isso não faz parte do núcleo duro do desenvolvimentismo, mas ajudou a moldar as ideias.

No futuro, o progresso pode gerar desenvolvimento, mas isso não é necessariamente desenvolvimentismo, que critica déficits e empréstimos, não é necessariamente nacionalista e não tem obrigatoriedade em relação à legislação social.

No pós-eleições de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro apresentou um discurso que combinava elementos tradicionais e de mudança. No entanto, quando se trata de uma mudança que se baseia em um retorno a algo que existia antes, essa não pode ser considerada uma mudança real, mas sim um retrocesso que muitas vezes pode envolver táticas antiéticas para alcançar e manter o poder.

Assim como um indivíduo, um país possui sua própria história e origem. No caso do Brasil, sua gênese está enraizada na escravidão e colonização portuguesa. A partir de uma perspectiva psicológica e de história social, o autor Holanda (1933) enfatiza a importância de vincular o conhecimento do passado aos problemas do presente e reconhecer que somos herdeiros dessas estruturas. De fato, muitas das formas de convivência, instituições e ideias que moldam a sociedade brasileira foram ditadas por países estrangeiros que muitas vezes mantiveram essas condições em um ambiente hostil.

Inicialmente, uma das razões apontadas para a fragilidade política no Brasil colônia é a forma como os portugueses se organizaram. Holanda, em sua obra, destaca que em uma terra onde todos são barões, não é possível estabelecer um acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida. Essa fragilidade persistiu no Brasil mesmo após 500 anos, demonstrando que a falta de coesão e coerência na história do país não é um fenômeno moderno.

Uma crítica é feita à ideia de que a volta ao tradicional é a única defesa possível contra a desordem, uma vez que as ordenações elaboradas pelos eruditos são criações do espírito, destacadas do mundo e contrárias a ele. Em segundo lugar, Holanda aborda a questão hierárquica e a dificuldade de se estabelecer uma esfera de poder representativa. Ele discute a ausência de hierarquia portuguesa, apontando para a mobilidade social da nobreza luterana, que resultou na transitoriedade dos privilégios adquiridos pelos fidalgos e na necessidade constante de reconhecimento do mérito e da responsabilidade individual. Esse fenômeno impediu o desenvolvimento do espírito de organização espontânea e não havia uma pulsão pelo empreendimento coletivo, mantendo a continuidade no Brasil.

Além disso, a colonização portuguesa diferenciou-se da espanhola pela falta de interesse em mudar o que já era estabelecido. O Brasil foi usado como uma continuação do que já existia no velho continente, sem um projeto empreendedor de colonização. A exploração dos trópicos não foi um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica, mas sim com desleixo e certo abandono. Essa forma de exploração moldou a cultura brasileira atual, com o resto da matéria se sujeitando mal ou bem a essa forma.

### **3.1.1 Florestan Fernandes**

Florestan Fernandes (1920-1995) foi um sociólogo e político brasileiro que se destacou por suas pesquisas e escritos sobre as desigualdades sociais e raciais no Brasil. Sua obra influenciou profundamente o pensamento crítico e a luta por justiça social no país. Nascido em São Paulo em uma família pobre, Florestan teve que trabalhar desde cedo para ajudar a sustentar a casa. Apesar das dificuldades, conseguiu concluir seus estudos e ingressou na Universidade de São Paulo, onde se formou em Sociologia e Política em 1949.

Desde cedo, Florestan mostrou interesse em estudar as desigualdades sociais e raciais no Brasil. Sua tese de doutorado, "A integração do negro na sociedade de classes", defendida em 1954, é considerada uma das obras mais importantes da sociologia brasileira e um marco na luta contra o racismo. Ao longo de sua carreira,

Florestan publicou dezenas de livros e artigos sobre temas como educação, política, classe social e desigualdade racial. Sua obra mais conhecida, "A revolução burguesa no Brasil", publicada em 1975, propõe uma interpretação crítica da história do país, mostrando como as elites econômicas e políticas sempre impediram o desenvolvimento de um projeto nacional autônomo e voltado para as necessidades do povo.

Além de sua atuação como intelectual, Florestan Fernandes também teve uma trajetória política marcante. Foi eleito deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores em 1986 e participou ativamente da Assembleia Nacional Constituinte, contribuindo para a elaboração da Constituição Federal de 1988, considerada uma das mais progressistas do mundo.

Atualmente, a obra de Florestan Fernandes segue sendo uma referência para estudiosos e ativistas que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária no Brasil. Seus escritos sobre a desigualdade social e racial, aliados à sua trajetória política, continuam inspirando novas gerações a lutar por um país mais justo e democrático.

Em seu livro principal intitulado *A revolução burguesa no Brasil* (1975), Florestan Fernandes busca explicar as origens e fundamentos do Estado autoritário brasileiro, durante o período de ditadura militar. O autor utiliza o conceito de Revolução Burguesa, não como uma tentativa de explicar o presente do Brasil pelo passado europeu, mas sim como uma inovação na interpretação da história. O livro também apresenta uma série de estudos gerais do país, fornecendo uma nova visão sobre o tema.

Fernandes questiona quais foram as condições da história social e as características que explicam como e por que o Brasil rompeu com a "imobilidade da ordem tradicionalista" e se desenvolveu como um processo social. Ele argumenta que a Revolução Burguesa não é um episódio isolado na história, mas sim um caráter social que pode ser reproduzido de forma relativamente flexível, dadas determinadas circunstâncias ou condições, desde que a comunidade nacional seja capaz de absorver o padrão de civilização que a transforma em necessidade histórica e social.

O conceito de Revolução Burguesa é amplamente utilizado para descrever um processo histórico que engloba mudanças profundas nas esferas econômicas, tecnológicas, sociais, psicológicas e políticas, que ocorrem em conjunto e somente quando o desenvolvimento capitalista atinge um estágio de maturidade. Embora a ideia

de Revolução Burguesa tenha sido originalmente aplicada a certos episódios históricos na Europa e outros lugares, como a Revolução Industrial na Inglaterra, por exemplo, no contexto brasileiro, o conceito foi utilizado por Florestan Fernandes para descrever as mudanças que ocorreram no país durante o processo de modernização das estruturas produtivas e sociais.

Em sua obra principal, *A Revolução Burguesa no Brasil*, escrita durante a ditadura militar, Fernandes procurou explicar as origens e fundamentos do Estado autoritário brasileiro, ao mesmo tempo em que ofereceu uma nova visão sobre o desenvolvimento histórico do país. Ele argumentou que a Revolução Burguesa não é um evento único na história, mas sim um caráter social que pode ser reproduzido de forma relativamente flexível, dadas determinadas circunstâncias ou condições, desde que determinada comunidade nacional possa absorver o padrão de civilização que a transforma em necessidade histórica e social.

No entanto, Fernandes não utilizou o conceito de Revolução Burguesa no mesmo sentido das revoluções burguesas clássicas da Europa, nem o empregou de maneira ortodoxa. Ao contrário, ele propôs uma inovação em sua interpretação, visto que a trajetória prática de uma revolução burguesa no Brasil não seguiu os padrões explicativos do marxismo ou outros modelos historicamente conhecidos de modernização social e econômica e de transformação política.

Assim, a Revolução Burguesa no Brasil teria conduzido o país para a transformação capitalista, mas não para a esperada revolução nacional e democrática. Em outras palavras, não houve uma ruptura radical com as estruturas tradicionais, mas sim uma transformação conservadora à brasileira, que consolidou o poder das elites e a exclusão das classes subalternas. Portanto, o conceito de Revolução Burguesa de Fernandes é fundamental para compreender o processo histórico brasileiro e sua complexidade, ao mesmo tempo em que abre novos caminhos para a análise crítica e a reflexão teórica.

Embora não haja uma conexão direta entre o pensamento de Florestan Fernandes e o fenômeno das *fake news*, é possível estabelecer alguns paralelos e reflexões a respeito do tema. Florestan Fernandes, como sociólogo, tinha como objetivo analisar a realidade social e política brasileira, buscando compreender os processos históricos que

levaram o país a se desenvolver de determinadas formas. Para isso, ele se dedicou a investigar as relações entre as diferentes classes sociais e os modos como elas se articulam no interior da sociedade.

Em sua obra, Florestan Fernandes aponta para a importância do acesso à informação como uma condição fundamental para a consolidação da democracia no Brasil. Para ele, é preciso que as diferentes camadas sociais tenham acesso aos meios de comunicação e possam participar ativamente do debate público, a fim de que se possa estabelecer um processo democrático legítimo.

Nesse sentido, é possível estabelecer uma conexão entre o pensamento de Florestan Fernandes e o fenômeno das *fake news*, que é caracterizado pela disseminação de informações falsas, muitas vezes com o objetivo de manipular a opinião pública e influenciar processos políticos. Ao se espalharem pela internet e pelas redes sociais, as notícias falsas podem minar a credibilidade das informações verdadeiras, comprometendo a capacidade das pessoas de tomarem decisões informadas.

Assim, a defesa de Florestan Fernandes por um processo democrático legítimo e inclusivo, baseado no acesso à informação e na participação ativa das diferentes camadas sociais, pode ser vista como uma forma de enfrentar os desafios impostos pelas *fake news* e por outros fenômenos que comprometem a saúde da democracia. Afinal, a democracia pressupõe a capacidade das pessoas de formarem suas próprias opiniões, com base em informações verdadeiras e transparentes.

Florestan Fernandes e o bolsonarismo representam duas visões de mundo e projetos políticos bastante distintos. Florestan, sociólogo, professor e político brasileiro, foi um dos principais teóricos do pensamento crítico brasileiro e defensor de uma sociedade mais justa e igualitária. Sua obra e trajetória intelectual se caracterizam pela crítica à desigualdade social, à discriminação racial e à violência institucional.

Já o bolsonarismo, movimento político liderado pelo atual presidente Jair Bolsonaro, tem como principais bandeiras a defesa da família tradicional, a ideologia de gênero e a rejeição à diversidade cultural. Além disso, o bolsonarismo é marcado pela defesa de valores conservadores, pela intolerância política e pela negação de direitos básicos, como a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão.

Dessa forma, podemos dizer que as ideias e valores de Florestan Fernandes são antagônicas às do bolsonarismo. Enquanto Florestan defendia a valorização da diversidade cultural e a busca por uma sociedade mais igualitária, o bolsonarismo promove a exclusão e a intolerância. Além disso, Florestan foi um crítico da ditadura militar e da repressão política, enquanto o bolsonarismo tem forte apoio de setores militares e de uma parcela da sociedade que defende a volta da ditadura.

Por fim, as visões de mundo e os projetos políticos de Florestan Fernandes e do bolsonarismo são opostos e incompatíveis. Florestan representava um pensamento crítico e progressista, enquanto o bolsonarismo se caracteriza pela defesa de ideias conservadoras e pela intolerância política.

No contexto atual, podemos observar como as ideias de Fernandes são relevantes para a compreensão da política brasileira. O país ainda é marcado por altos níveis de desigualdade social e econômica, que se refletem nas políticas públicas e na própria dinâmica política. Além disso, a estrutura política do país continua sendo dominada por elites políticas e econômicas, que têm pouco interesse em promover mudanças significativas.

Nesse sentido, podemos entender a atual polarização política do país como uma disputa entre diferentes visões de mundo e projetos de sociedade, em que a busca pela igualdade e pela democracia ainda é uma questão central. Ao mesmo tempo, vemos também um retrocesso em relação a direitos sociais e uma crescente intolerância e violência política, o que evidencia a importância da reflexão e do legado de pensadores como Florestan Fernandes para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

No contexto atual, suas ideias podem contribuir para o enfrentamento dos desafios políticos e sociais que o país enfrenta, como a desigualdade social, a falta de representatividade política e a ameaça à democracia. A defesa dos direitos das minorias, a promoção da inclusão social e a valorização da educação e da cultura são temas que continuam sendo relevantes e urgentes.

Além disso, a obra de Florestan pode servir como uma fonte de inspiração para aqueles que lutam por um país mais justo e democrático, baseado na solidariedade e na igualdade de oportunidades para todos. Seus ensinamentos e suas análises críticas



podem ajudar a construir uma visão mais ampla e profunda da realidade brasileira, contribuindo para a superação dos desafios do presente e a construção de um futuro mais promissor.

### 3.1.2 Raymundo Faoro

Raymundo Faoro (1925-2003) foi um importante sociólogo, jurista e cientista político brasileiro. Ele é conhecido por seu trabalho em estudos institucionais, sociologia do direito e teoria política, tendo contribuído significativamente para o debate acadêmico e político no Brasil durante o século XX. Faoro foi um crítico ferrenho do patrimonialismo e da corrupção no Brasil, tendo argumentado que esses problemas eram enraizados em uma herança histórica que remontava ao período colonial e que havia sido perpetuada pelos regimes autoritários e oligárquicos que governaram o país até o século XX. Sua obra mais conhecida, *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro* (1958), é uma análise crítica da história política e social do Brasil desde o período colonial até o século XX, explorando a formação de uma elite política e econômica que dominava o país e perpetuava um sistema de corrupção e desigualdade.

Além de suas contribuições teóricas, Faoro também desempenhou um papel ativo na política brasileira, tendo sido um crítico contundente dos regimes autoritários que governaram o país durante grande parte do século XX. Ele foi membro do Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980 e participou da Assembleia Nacional Constituinte que redigiu a Constituição Federal de 1988, um importante marco na história política e democrática do Brasil.

Em sua obra, Faoro defendeu uma visão crítica do Estado brasileiro e das instituições políticas, argumentando que eles haviam sido capturados por uma elite dominante que usava seu poder para perpetuar a desigualdade e a corrupção. Sua visão política era fundamentada em uma defesa da democracia, da participação popular e da justiça social, valores que ainda são importantes para o debate político no Brasil e que influenciaram muitos intelectuais e ativistas do país.

Raymundo Faoro, em sua obra principal *Os Donos do Poder* (1958), apresenta uma análise rica e contemporânea sobre o capitalismo politicamente orientado no Brasil.

Entretanto, é possível observar que sua escrita se destaca por abordar as raízes coloniais portuguesas na sociedade brasileira, que foram criadas de cima para baixo. Essa característica é aparentemente imutável e não valoriza as mudanças e movimentos dos processos históricos do presente.

Embora sua obra apresente uma dinâmica de continuidade, marcada pela passagem de um comportamento colonial para um Brasil republicano, também possui uma análise estática que nega o caminhar histórico rumo à superação dessa herança. É visível a presença da dominação patrimonial-estamental, especialmente na apropriação de poderes judiciais e militares para justificar os privilégios estatais daqueles que se apropriam das possibilidades econômicas como se fossem privadas na história do Brasil.

Faoro atribui ao patrimonialismo político iniciado pelos portugueses um caráter pleno e imorredouro, perpetuando-se no devir do tempo. Embora os personagens sejam substituídos ao longo dos séculos, a forma como se constitui e se perpetua é o que importa na geração de novos tempos, que nem sempre são tão novos assim. Apesar disso, a habilidade do autor em analisar conjunturas é indubitável, assim como sua busca por desenvolver uma identidade nacional tipicamente brasileira em um país periférico.

Não há uma conexão direta entre Raymundo Faoro e *fake news*. No entanto, é importante notar que suas análises sobre a formação do patrimonialismo político no Brasil e a perpetuação de elites no poder têm relevância no contexto atual de disseminação de informações falsas e manipulação da opinião pública. Através da compreensão da história e das estruturas de poder no país, é possível entender como a desinformação é utilizada como uma ferramenta para manter o status quo e proteger interesses de determinados grupos. Além disso, a obra de Faoro destaca a importância da construção de uma identidade nacional autêntica, baseada em valores democráticos e na busca por justiça social, como uma forma de combater a propagação de *fake news* e outros tipos de manipulação da informação.

É possível analisar as ideias e conceitos que Faoro desenvolveu em sua obra, *Os Donos do Poder*, e como elas podem ser relevantes para entender o atual cenário político brasileiro. Faoro descreveu em sua obra a persistência do patrimonialismo na sociedade brasileira, ou seja, a apropriação do poder público por elites econômicas e políticas para

benefício próprio. Esse fenômeno pode ser visto como uma forma de corrupção e nepotismo, que muitas vezes é mascarado por discursos nacionalistas ou populistas.

Essa análise de Faoro pode ser aplicada ao contexto do bolsonarismo, que se apresenta como uma alternativa política *anti-establishment*, mas que muitas vezes é acusado de manter práticas patrimonialistas e de beneficiar grupos econômicos específicos. Alguns analistas apontam que o governo bolsonarista se apoia em uma base ideológica que mistura elementos de nacionalismo, populismo e conservadorismo, mas que também mantém práticas questionáveis em termos de transparência e ética política.

Em resumo, embora Raymundo Faoro não tenha tido uma conexão direta com o bolsonarismo, suas ideias sobre o patrimonialismo e a persistência de estruturas coloniais na sociedade brasileira podem ajudar a entender o contexto político atual.

Raymundo Faoro, como um dos principais intelectuais brasileiros do século XX, deixou um importante legado na análise da política e da sociedade brasileira. Sua obra *Os Donos do Poder*, publicada em 1958, ainda é relevante para entender muitas das características da política atual do Brasil.

Faoro identificou a persistência do patrimonialismo político na sociedade brasileira, uma herança das práticas coloniais portuguesas. Essa tradição política caracteriza-se pela apropriação do poder público por uma elite que o utiliza para manter e ampliar seus próprios interesses. Essa elite não se preocupa com o bem comum, mas sim com a manutenção de seus próprios privilégios.

Essa análise pode ajudar a entender muitos dos problemas políticos atuais do Brasil, como a corrupção, o clientelismo e o uso do Estado para benefício de poucos em detrimento da maioria da população. Além disso, a obra de Faoro é uma crítica ao personalismo e ao autoritarismo, que também podem ser observados na política atual do país.

No entanto, é importante lembrar que a obra de Faoro não é uma receita para resolver os problemas políticos e sociais do Brasil. Seu legado é uma contribuição para a reflexão crítica e a compreensão das raízes históricas desses problemas. Cabe à sociedade brasileira, em suas diversas instâncias, buscar soluções para superar essas dificuldades e construir uma democracia mais justa e inclusiva.

De fato, muitos dos problemas identificados por Faoro em sua obra continuam presentes na atualidade, como a persistência do patrimonialismo e da dominação das elites, o que pode ser visto em escândalos de corrupção envolvendo políticos e empresários. Além disso, a polarização política e a falta de diálogo entre diferentes setores da sociedade também se mostram como desafios para o futuro político do país.

No entanto, é importante lembrar que Faoro também destacou a importância da construção de uma identidade nacional autêntica e democrática, e de uma cidadania ativa e participativa como formas de superar esses obstáculos. Dessa forma, é possível ver na obra de Faoro elementos que podem contribuir para uma reflexão sobre caminhos possíveis para o futuro político do Brasil, em direção a uma sociedade mais justa e democrática.

### 3.2 PADRÕES E POLARIZAÇÃO

Quando se realiza uma rápida pesquisa sobre o significado da palavra "política", o primeiro resultado que surge é a definição de que se trata de uma ciência ou arte de governar. É importante ressaltar que a política é uma ciência cumulativa e evolutiva, ou seja, sua relação é estabelecida entre o tempo e o espaço que a envolve. A política é diversa, plural e agregadora, sendo que sua natureza não se trata de uma abstração, mas sim de uma concretude que busca ação e finalidade.

Inicialmente, a arte de fazer política tinha como sentido principal unir as pessoas em torno de um denominador comum, buscando o bem comum e o desenvolvimento da sociedade como um todo. Entretanto, com o passar do tempo, a política adaptativa tem se tornado cada vez mais voltada para inflamar paixões e divergências, ao invés de buscar a convergência em torno de objetivos coletivos.

Na busca por conquistar uma maioria, muitas vezes, há a necessidade de divergir em vez de convergir, o que acaba gerando uma inversão no processo político. O que antes era considerado marginal passa a ser o motor pulsante do centro inflamado dos extremos. Isso ocorre porque muitos líderes políticos optam por adotar discursos mais extremados para captar a atenção e o apoio dos eleitores, em vez de adotar uma postura mais conciliadora.

Conforme argumentado por Empoli (2019), a política é *downstream* da cultura, ou seja, a cultura é o principal fator que influencia e molda o processo político. Desse modo, a política é reflexo das crenças, valores e costumes de determinada sociedade. Por isso, é importante compreender como a cultura afeta o processo político e como a política pode influenciar e moldar a cultura em que está inserida.

A transformação da sociedade contemporânea tem sido acompanhada pela mudança nas relações entre as elites e o povo. No entanto, essa mudança não se limita às elites, mas também afeta a forma como os indivíduos se relacionam entre si. É importante compreender que os seres humanos são seres sociais e culturais, e desde o início de sua existência, sua sobrevivência tem dependido das relações que eles formam com os outros. Ao contrário de outros animais, os seres humanos não nascem com a capacidade de se defenderem sozinhos, daí a importância dos grupos e da coletividade para a sobrevivência.

Essa perspectiva destaca a importância das relações sociais na construção de uma sociedade sustentável e justa. É fundamental reconhecer que a sobrevivência humana é construída em um contexto social e histórico, onde as relações de poder desempenham um papel fundamental na formação das estruturas sociais. Portanto, a construção de uma sociedade mais justa requer a criação de relações sociais baseadas na solidariedade, na cooperação e no respeito mútuo, em que as diferenças sejam valorizadas e a diversidade seja celebrada.

Nesse sentido, é importante promover a conscientização sobre a importância das relações sociais na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Isso implica em incentivar o diálogo entre diferentes grupos sociais, bem como o respeito à diversidade cultural e a valorização do pluralismo político. Somente assim será possível construir uma sociedade que permita o pleno desenvolvimento humano e garanta a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

Os cientistas sempre sonharam reduzir o governo da sociedade a uma equação matemática que suprimisse as margens de irracionalidade e de incerteza inerentes ao comportamento humano. Há dois séculos, Auguste Comte já definia a física social como “ciência que tem por objeto o estudo de fenômenos sociais considerados no mesmo espírito que fenômenos astronômicos, físicos, químicos e psicológicos — ou seja, como sujeitos às leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o ponto de chegada das pesquisas. Desde então, muitos

propuseram as suas visões da “ciência da política”, sem jamais atingir o objetivo de tornar mais previsível a evolução da sociedade. Mas, nos últimos anos, um fenômeno decisivo produziu-se. Pela primeira vez, os comportamentos humanos — que continuavam a ser, até então, fins, mesmos — começaram a produzir um luxo maciço de dados. (EMPOLI, 2019, p. 105).

A compreensão da política em um ambiente plural e diverso é uma questão fundamental e desafiadora. Não se pode aceitar formulações universais e moldes genéricos utilitaristas, pois cada contexto político é único e demanda uma abordagem específica. É preciso compreender as dinâmicas e tendências políticas, especialmente a tendência centrípeta, que antes ocupava o centro da arena política, mas que agora sofre alterações e modificações em um mundo contemporâneo em que a política é cada vez mais centrífuga, ou seja, não convergente.

Nesse contexto, é importante destacar que a pauta militar é muito mais institucionalista do que propriamente militar. Isso significa que a influência das forças armadas na política não se deve apenas ao seu poderio bélico, mas também à sua relevância no âmbito institucional e à sua influência sobre os valores e as ideias que permeiam a sociedade.

Portanto, compreender as complexidades e nuances da política contemporânea é essencial para a construção de uma abordagem eficaz e coerente com a realidade. Afinal, a política é uma área de conhecimento que envolve não só a arte de governar, mas também as relações entre indivíduos e grupos, os valores e as ideias que norteiam a sociedade, bem como os desafios enfrentados em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado.

### **3.2.1 A pauta brasileira**

A atual conjuntura política e social no Brasil tem sido frequentemente descrita como caótica, mas tal afirmação requer uma análise comparativa. O que se entende por caos? A resposta a essa pergunta pode estar ligada a um passado recente do país. A relação temporal na história pode muitas vezes refletir a conjuntura vivida, como exemplificado por Veblen ao tratar da adequação ao tempo e espaço. Nesse sentido, ao considerarmos o espaço brasileiro e as mudanças ocorridas recentemente em um curto

intervalo de tempo, podemos afirmar que a população atual é tanto espectadora quanto atora desses momentos históricos.

Atualmente, a política social no Brasil enfrenta um grave quadro de desmonte das medidas formais e instituições garantidoras de programas e serviços sociais, em diferentes âmbitos políticos. Este cenário demanda reflexões e ações estratégicas no âmbito da luta das classes trabalhadoras que defendem um Estado social, como destaca Oliveira (2019). O ponto de ruptura dessa realidade foi o golpe institucional ocorrido em 2016, que deu início a uma sucessão de mudanças que buscavam criar um novo projeto de nação, afastando os protagonistas da história e colocando o povo em um papel secundário.

A carta-programa *Ponte para o futuro*, do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), fortalecia os interesses do mercado financeiro por meio do regime estatal inserido no governo brasileiro. Pautas relacionadas aos direitos sociais e trabalhistas não eram prioridades nem mesmo conciliativas. Essa realidade é uma das características mais marcantes da política brasileira, mesmo em momentos de governos progressistas, que não buscam processos de ruptura, mas sim acordos em uma sociedade marcada pela diversidade, e não pela igualdade entre os iguais.

O desmonte de medidas formais e instituições garantidoras de programas e serviços sociais, juntamente com o fortalecimento dos interesses do mercado financeiro, impacta diretamente a população brasileira e sua relação com o Estado. É preciso refletir sobre o papel das políticas sociais no contexto atual e buscar ações estratégicas que fortaleçam a luta das classes trabalhadoras em defesa de um Estado social e da garantia dos direitos sociais e trabalhistas.

Ao nos remeter à Carta ao povo brasileiro<sup>3</sup>, lançada pelo candidato Luís Inácio Lula da Silva, na sua campanha presidencial de 2002, podemos identificar que o caminho traçado por ele não levaria a transformações bruscas, se o mesmo já afirmara naquele momento que: O país não move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a ideia de uma terceira década perdida. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis. (OLIVEIRA, 2019).

---

<sup>3</sup> SILVA, Luís Inácio Lula. Carta ao povo brasileiro. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 2002.

É possível considerar que o período de transformações vivido pelo Brasil também foi aceito pelas classes dominantes, as quais muitas vezes obtiveram benefícios significativos em troca. Enquanto políticas compensatórias e focalizadas eram implementadas para combater o estado de pobreza econômica e social de grande parte da população, uma minoria continuava desfrutando de privilégios significativos. De acordo com Oliveira, 2019, políticas sociais estruturadoras, tais como saúde, aposentadorias e educação, foram transformadas em serviços mercantis pelos governos neoliberais, o que gerou uma forte reação da direita continental contra qualquer iniciativa de universalização.

A quebra institucional que ocorreu no Brasil também está relacionada às conciliações entre diferentes grupos políticos, o que contribuiu para a perda do caráter coletivo e não individual das políticas públicas. É possível realizar uma análise valorativa do momento histórico vivido pelo país a partir dos lemas dos governos, desde 2002 até o presente momento. Esses lemas representam o que o governante gostaria de deixar como contribuição para o período em que esteve no poder.

### **3.2.2 Fatos estilizados na linguagem institucionalista**

Os símbolos são elementos importantes na compreensão da linguagem institucionalista, especialmente na política brasileira, onde os *slogans* políticos assumem um papel relevante. Os *slogans* são frases que representam a prioridade institucional do mandato presidencial e foram utilizados pela primeira vez na gestão de Afonso Pena, que incentivou o processo migratório rural com o *slogan*: *Governar é povoar*. A origem da palavra *slogan* vem do gaélico escocês, *slaugh-ghairm*, que significa grito de guerra. A identificação da origem da palavra contribui para entender que sua materialidade está ligada ao seu poder de representação sintética de planos e ideias. As frases dos *slogans* políticos resumem em poucas palavras as ideias e planos dos governos, tornando-se uma síntese das representações políticas.

Bons *slogans* de campanha eleitoral são criados com base em informações obtidas por meio de pesquisas que identificam as qualidades do candidato que são mais valorizadas pelo público, além de enfatizar conceitos que reforçam sua plataforma-



proposta ou atendem às necessidades, anseios e desejos da população naquele momento. Às vezes, eles podem até incluir expressões populares da época, como "Eu quero votar para presidente". O objetivo é criar uma mensagem clara e memorável que ressoe com o eleitorado e ajude a impulsionar a candidatura.

A construção da identidade e unidade de um governo é algo crucial para o sucesso de uma proposta política. A escolha cuidadosa das palavras pode maximizar o sentimento de identificação com o governo ou, em algumas situações, pode ser usada para representar uma ameaça. Um exemplo marcante é a famosa frase do período ditatorial do então presidente Médici (1970), com o forte lema: Brasil, ame-o ou deixe-o.

Para que um *slogan* seja efetivo, ele deve expressar o que está no inconsciente coletivo da população e maximizar esses sentimentos e emoções já percebidos. Por isso, futuros candidatos devem ser orientados a encomendar uma pesquisa para delinear a imagem que a população tem dele antes de pensar em qual *slogan* utilizar (QUEIROZ; MANHANELLI, 2009, p. 5). A pauta representativa começa desde as decisões que parecem mais discretas até a figura representativa máxima da nação durante um mandato presidencial de quatro anos. Através dos últimos cinco *slogans* de campanha é possível identificar uma perda da inclusão social e da pluralidade, dando espaço para um autoritarismo visível.

Por exemplo, o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010) foi marcado por um momento de conciliação, mas também de inclusão social. A escolha das cores e do texto do *slogan*: *Brasil, um país de todos* representa um Brasil imaginário diverso e plural, reforçando a ideia de inclusão. Até mesmo o posicionamento da bandeira do país no meio da palavra "todos" representa um equilíbrio e harmonia na articulação dos diferentes grupos da sociedade. Essa análise retrospectiva do governo Lula é uma interpretação baseada no enfoque institucionalista.

O uso de *slogans* políticos pode ser visto como uma forma de comunicação institucional que busca maximizar a identificação e o engajamento da população em torno de uma proposta ou imagem de governo. Essas frases representam uma síntese dos planos e das intenções de representação do governo e, por isso, possuem grande poder simbólico. Essa perspectiva pode ser relacionada com a teoria do economista e sociólogo americano Thorstein Veblen, que defendia que o consumo de bens e serviços não é

apenas uma questão de necessidades e desejos, mas também um meio de expressar status e prestígio. De acordo com Veblen, as pessoas usam bens e serviços como símbolos para representar sua posição na sociedade.

Da mesma forma, os *slogans* políticos são utilizados como símbolos para representar o posicionamento e a identidade do governo diante da população. Além disso, assim como os bens e serviços, os *slogans* também podem ser utilizados para expressar status e prestígio político.

No entanto, é importante destacar que a construção de uma identidade e unidade de governo por meio de *slogans* políticos pode ser limitada pela falta de inclusão social e pluralidade. Um autoritarismo visível pode ser percebido em *slogans* que não buscam maximizar os sentimentos e emoções coletivos, mas sim impor uma imagem ou ideia sem considerar as diferenças e necessidades da população.

**Figura 4 - Brasil, um país de todos**



Fonte: Brasil (2022).

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva conseguiu a aprovação mais alta da história do país entre presidentes e, posteriormente, elegeu sua sucessora e ex-ministra da Casa Civil, Dilma Roussef (2011-2016), bem como companheiros de partido com históricos bastante distintos. Enquanto Lula é um ex-operário de chão de fábrica, sindicalista e nordestino que construiu sua carreira política no ABC paulista, Dilma Roussef é uma economista firme, sulista, de sobrenome difícil e mulher que, até então, não havia assumido tanto protagonismo em cargos de alta projeção de imagem. A escolha de Dilma como

candidata à presidência pelo PT em 2010 foi vista como uma estratégia para manter a base de apoio do partido, que vinha se consolidando desde o governo Lula.

Esses dois líderes políticos possuem origens e trajetórias bastante distintas, o que pode ser percebido também em suas abordagens de comunicação. Enquanto Lula utilizava uma linguagem mais informal e popular, Dilma Roussef tinha um discurso mais técnico e formal, que muitas vezes a colocou em situações desconfortáveis durante entrevistas e debates. O uso de *slogans* políticos também refletia essas diferenças de estilo e abordagem. Enquanto o governo Lula utilizava frases como: Brasil, um país de todos, que reforçavam a ideia de inclusão social e pluralidade, o governo Dilma Roussef utilizava *slogans* como "Brasil, pátria educadora", que enfatizavam a importância da educação para o desenvolvimento do país.

Em termos de análise institucionalista, essa diferença na abordagem de comunicação pode ser interpretada como uma tentativa de construir identidades políticas distintas para cada líder e também como uma estratégia para mobilizar diferentes grupos sociais em torno de uma agenda comum. Essas estratégias de comunicação são fundamentais para a construção de uma identidade política coesa e para a manutenção da base de apoio de um partido político.

Durante seu primeiro mandato, o presidente Lula adotou um lema que expressava um desafio e uma esperança para o país: Brasil, país rico é país sem pobreza (Figura 5). Esse lema reflete a preocupação da sociedade brasileira com a erradicação da fome e a definição de riqueza que difere daquela adotada por muitos setores privilegiados, para quem a alimentação não é tão valorizada por ser considerada banal. Para Lula, a riqueza deve estar ligada ao povo, uma visão que contrapõe a ênfase em indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto, que muitas vezes não refletem a realidade da maioria da população. Como diz o ditado, nem tudo o que pode ser contado, conta, e nem tudo o que conta pode ser contado.

O *slogan*: Brasil, país rico é país sem pobreza utilizado no primeiro mandato de Lula carregava um desafio e uma esperança para a sociedade brasileira, que enfrentava uma forte crise social e econômica. Através dessa frase, o então presidente assumiu o compromisso de enfrentar a fome e a pobreza no país, definindo a riqueza de forma

contrária a muitos setores que até então eram privilegiados e não valorizavam a alimentação como algo essencial.

Essa definição de riqueza está relacionada à perspectiva institucional vebleniana, que valoriza a produção para o consumo e a satisfação das necessidades da população, e não apenas o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e outros índices econômicos. Para essa abordagem, a riqueza está ligada à capacidade de atender as demandas da população, e não apenas à acumulação de bens materiais e financeiros por uma minoria.

Assim, o *slogan* de Lula representa uma crítica ao modelo de desenvolvimento adotado até então, que gerava desigualdade social e concentração de renda, e uma proposta de mudança para uma perspectiva mais inclusiva e igualitária. O institucionalismo vebleniano, por sua vez, destaca a importância de uma economia voltada para as necessidades e demandas da população, em vez de privilegiar apenas o lucro e a acumulação de riqueza por parte de uma elite.

**Figura 5 — Brasil, país rico é país sem pobreza**



O *slogan*: Brasil, país rico é país sem pobreza demonstrou ser uma fortaleza e ponto forte por focar na questão da fome, da sobrevivência e do cuidado com a vida dos cidadãos. Em 2015, o Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas, o que demonstra o impacto positivo da abordagem adotada. A comunicação com o povo foi direta e baseada em princípios básicos, o que fortaleceu a instituição e demonstrou os desejos da mesma. Essa abordagem seguiu uma sequência de princípios do simbolismo institucional do período político anterior. Em suma, o *slogan* conseguiu transmitir de forma clara e direta os valores da instituição e seu compromisso com a luta contra a pobreza e a fome.

O *slogan*: Brasil, país rico é país sem pobreza apresenta uma forte relação com o institucionalismo vebleniano, corrente teórica que enfatiza o papel das instituições na estruturação da sociedade e das relações econômicas. Essa perspectiva se opõe à visão clássica da economia, que tende a enfatizar a ação individual e a livre concorrência como fatores determinantes do funcionamento do mercado.

No caso do Brasil, o lema "país rico é país sem pobreza" expressa uma visão institucionalista que valoriza a importância da inclusão social e da distribuição de renda como pilares fundamentais para o desenvolvimento econômico e a justiça social. Nesse sentido, a luta contra a pobreza é vista não apenas como uma questão humanitária, mas também como um elemento crucial para a estabilidade e a prosperidade do país como um todo.

Além disso, o *slogan* enfatiza uma concepção mais ampla de riqueza, que não se limita apenas a indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB), mas que inclui também o bem-estar e a qualidade de vida da população. Essa perspectiva vai ao encontro da crítica vebleniana à ideia de que a riqueza deve ser medida apenas em termos monetários, defendendo uma visão mais holística e socialmente responsável do desenvolvimento econômico.

Portanto, o lema "Brasil, país rico é país sem pobreza" pode ser interpretado como uma expressão do institucionalismo vebleniano, que destaca a importância das instituições na busca por uma sociedade mais justa e equitativa, onde a riqueza não se limita apenas aos indicadores econômicos, mas inclui também a satisfação das necessidades básicas da população e a promoção do bem-estar geral.

Figura 6 - Brasil, pátria educadora



Fonte: Brasil (2022).

Após a reeleição de Dilma Rousseff, em seu segundo mandato, o lema escolhido foi "Brasil, pátria educadora", um discurso mais clássico e menos combativo que o anterior. No entanto, em 2016, Rousseff foi vítima de um processo de impeachment, e Michel Temer, seu vice-presidente, assumiu o cargo como presidente não eleito. Esse processo trouxe rupturas significativas nas esferas políticas, sociais e institucionais do país, afetando tanto o partido quanto o Congresso e a nação como um todo. A polarização entre aqueles que consideravam o impeachment como um golpe e aqueles que defendiam as mudanças de rumo feitas no Brasil a partir daquele momento gerou um clima de instabilidade política e social, e muitos se viram obrigados a buscar novas opções partidárias.

No contexto do institucionalismo vebleniano, o *slogan*: Brasil, pátria educadora pode ser visto como uma tentativa de transformação da estrutura social e econômica brasileira através do investimento em educação. Veblen argumenta que a mudança institucional deve ser guiada por um objetivo social e não por interesses privados, o que pode ser percebido no lema que enfatiza a ideia de pátria e a importância da educação como meio para alcançar uma sociedade mais justa e próspera.

Além disso, a ênfase na educação também reflete a visão de Veblen sobre a importância do conhecimento e da capacidade técnica na construção da riqueza de uma nação. Em seu livro *A Teoria da Classe Ociosa*, ele destaca que a produção é influenciada pela habilidade e capacidade técnica da força de trabalho, e a educação é fundamental para o desenvolvimento dessas habilidades.

No entanto, é importante ressaltar que a mudança institucional não é algo que acontece de forma imediata e linear, e sim resultado de um processo de luta e negociação entre diferentes grupos de poder. No caso brasileiro, a implementação do *slogan* foi interrompida pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff e pela entrada de um governo com outras prioridades.

Figura 7 - Brasil, ordem e progresso



O *slogan*: Ordem e Progresso é uma expressão que remonta ao pensamento positivista e foi adotada na bandeira nacional brasileira. Em termos de institucionalismo webleniano, a ideia de "ordem" pode ser vista como uma tentativa de estabelecer uma hierarquia social baseada na ideia de que certas classes são mais capazes de liderar do que outras. Já o conceito de "progresso" pode ser interpretado como uma crença no avanço tecnológico e na ideia de que a prosperidade é alcançada por meio do desenvolvimento econômico.

No contexto político brasileiro, o lema "Ordem e Progresso" foi adotado pelo governo federal após o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer ao poder. Segundo a equipe de marketing do governo, o lema foi escolhido para transmitir uma mensagem de recuperação do país em meio à crise política, econômica e social. No entanto, a tentativa de unificação nacional através desse lema foi criticada por não levar em consideração a diversidade cultural e social do país. Além disso, a aplicação do lema na prática resultou em políticas de austeridade que restringiram o investimento público em áreas essenciais como saúde e educação.

Após o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, o governo federal adota como lema o *slogan* presente na bandeira nacional, "Ordem e Progresso". O objetivo do novo lema era transmitir uma mensagem forte, concisa e atual para a população brasileira, em meio a uma crise política, econômica e social. O marketeiro da

equipe responsável pela criação do lema afirmou que a intenção era recuperar o país da desorganização e retomar o crescimento econômico.

No entanto, essa mensagem de unificação e progresso não condizia com a realidade brasileira, marcada pela pluralidade e diversidade cultural. Além disso, a mudança na educação como prioridade refletia uma tentativa de singularizar um momento de caos e transtorno, em vez de buscar soluções efetivas para a crise.

O regime de Michel Temer, que assumiu a presidência não eleito, tornou-se o mais impopular desde o Regime Militar. O lema: Brasil, ordem e progresso refletiu uma mudança profunda na proposta de governo, em detrimento do modelo neodesenvolvimentista e social anteriormente adotado. Essa ruptura institucional e social foi representada também pelo nascimento de uma nova proposta política, a chamada Ponte para o Futuro.

A chamada Ponte para o futuro, carta-programa do PMDB empreendida em 2015, em preparação para fortalecer os interesses de mercado por meio do governo brasileiro –, os direitos sociais e, mais especificamente, os do trabalho, encontram-se em processo de aligeirada destituição. A perda do estado social, afinal o estado social, o neoliberalismo interpela o Estado a, sob sua orientação, “[...] criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas” com vistas a garantir “a qualidade e a integridade do dinheiro”. (HARVEY, 2011, p. 12, apud, 53467. [...] enquanto a economia se recupera, o social piora”: em primeiro lugar, ataca as bases da esperança que se construiu nos anos mais duros; em segundo lugar, desenvolve o medo da mudança, da reforma, da experimentação (OLIVEIRA, 2012).

A Ponte para o Futuro, proposta pelo Partido do Movimento Democrático (Antigo PMDB), representou uma nova abordagem de governo que buscava romper com o status quo e estabelecer novos rumos para o Estado brasileiro. No entanto, esse processo implicou em cortes significativos nos setores de saúde e educação, e uma das primeiras medidas adotadas foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 55/2016), que estabeleceu o congelamento dos gastos públicos por um período de vinte anos.

Quando a indexação é pelo salário mínimo, como é o caso dos benefícios sociais, a distorção se torna mais grave, pois assegura a eles um aumento real, com prejuízo para todos os demais itens do orçamento público, que terão necessariamente que ceder espaço para este aumento. (PMDB, 2015, p. 10). Outra medida que privilegia o capital e ataca os direitos é a aprovação da Lei nº 13.467/2017, que dispõe sobre a reforma trabalhista, afetando direitos de trabalhadores, quanto às modalidades de contratação, quanto a direitos como férias, décimo terceiro salário e horários de alimentação, considerada uma



grande derrota para o conjunto dos trabalhadores nesta segunda década do século XXI. Conforme nos aponta Carvalho (2017): Conforme se nota, a proposta de reforma da CLT, aprovada pelo Congresso, busca ampliar a flexibilidade da jornada de trabalho muito além do que possa vir a ser estabelecido em acordos coletivos. Estende-se o banco de horas a acordos individuais. (OLIVEIRA, 2012).

A expressão "Ponte para o Futuro" simbolizou e continua simbolizando uma regressão em relação aos avanços, perspectivas e potencialidades do povo brasileiro.

**Figura 8 - Pátria Amada, Brasil.**



Fonte: Brasil, 2022.

Por meio do *slogan*: Brasil acima de tudo, Deus acima de todos, o presidente Jair Bolsonaro busca apropriação de elementos nacionais em um período de divisão e inclinação para o militarismo e dificuldade democrática. O tom ufanista deste lema registra um momento de obscurantismo para o país e mostra como a mudança de governo se reflete não apenas em mudanças de poder, mas também de símbolos e representações. Esse governo não tem dado prioridade ao combate à fome, visto que o Brasil voltou a integrar a lista do Mapa da Fome desde 2016. Além disso, não há representação da diversidade e pluralidade de símbolos, o que reflete uma falta de comprometimento com as instituições e uma crise de legitimidade, interesses e ideias. Em vez de oferecer uma mensagem coerente, o lema adotado pelo presidente é genérico e não representa adequadamente a complexidade e diversidade do país.

O *slogan*: Brasil acima de tudo, Deus acima de todos, utilizado pelo presidente Jair Bolsonaro em sua campanha eleitoral e durante seu mandato, busca associar a ideia de patriotismo com valores religiosos. Esse discurso, no entanto, é incompatível com os princípios do institucionalismo vebleniano, que valoriza a busca pela eficiência e

produtividade na economia e na gestão pública, sem recorrer a símbolos religiosos ou nacionalistas para justificar ações políticas.

Além disso, o uso desse *slogan* por um governo que tem adotado medidas que ameaçam a democracia e os direitos civis e sociais, pode ser entendido como uma tentativa de mascarar a falta de compromisso com as instituições democráticas e a falta de uma agenda de desenvolvimento econômico e social consistente. O institucionalismo webleniano valoriza a importância das instituições na garantia da estabilidade política e econômica e na promoção do bem-estar social, o que parece estar em conflito com a retórica do atual governo brasileiro.

## 4 CONCLUSÃO

No início deste trabalho, mencionou-se o desafio que é dialogar com algo tão vivo e pulsante quanto um país. Trazer a pauta do antigo institucionalismo é uma proposta que visa contribuir para uma agenda rica e valorativa, que se conecta com questões contemporâneas, como a propagação de *fake news*. Esta questão não só remete à propensão das notícias, mas também a um contexto político que influencia o social, o econômico e a formação e destruição das instituições.

O Brasil é um país que reflete ocasiões vivas desde a sua formação até o período atual. Desenvolver um diálogo com a política em um contexto brasileiro na segunda década do século XXI é falar bastante de processos de construção, reconstrução e destruição institucionais baseado no nosso dia a dia. É importante destacar como os símbolos, notícias e divulgações convergem para o poder, e como os fatos estilizados na linguagem institucionalista também são essenciais.

As qualidades críticas assumidas e desenvolvidas por Veblen foram um pontapé inicial para problematizar e tentar compreender o projeto nacional da anulação da pluralidade, da diversidade e do indivíduo, que pode ser compreendido ao voltarmos os olhos para o passado. O entendimento dos fenômenos que afetam o futuro brasileiro passa também pela análise crítica, progressista e de processo de compreensão dos eventos do passado.

A partir das transformações ativas, que envolvem observações e estudos veblenianos e institucionalistas, surge um novo nível de complexidade. As instituições ganham autonomia em suas propriedades e dinâmicas, capazes de moldar os hábitos mentais individuais de todos os indivíduos da sociedade. No entanto, é importante perceber que as propensões instintivas e as instituições sociais estão conectadas.

A questão das *fake news* no ambiente político democrático é uma preocupação constante, e atualmente existem diversas formas e exemplos, desde os mais sofisticados aos menos elaborados, mas com a mesma intenção. A análise institucionalista é inovadora e ancorada na realidade. O modelo teórico vebleniano é fundamental para demonstrar a importância de ler, compreender e relacionar autores do passado, mas vivos e atuantes, ao observar as realidades que nos cercam. No caso brasileiro, a

justificativa é contribuir para uma leitura do futuro sobre o presente. É necessário revisitar o passado e o presente para nos concentrarmos em um futuro esperançoso.

O institucionalismo vebleniano oferece uma rica base teórica para entender a relação entre presente, passado e futuro na análise das instituições sociais. Dialogar com o pensamento de Veblen implica em trazer para o debate a importância da história e da tradição para compreender a formação das instituições e suas propriedades dinâmicas. Ao mesmo tempo, significa reconhecer a centralidade das transformações atuais e a necessidade de compreender as dinâmicas presentes que afetam o futuro.

Um dos temas atuais mais importantes na discussão sobre a relação entre presente, passado e futuro é o fenômeno das *fake news*. A propagação de notícias falsas na sociedade tem um impacto significativo em vários níveis, incluindo na formação e destruição das instituições sociais. Nesse sentido, é fundamental analisar a questão das *fake news* a partir da perspectiva institucionalista vebleniana, que nos permite compreender como as propensões instintivas individuais estão conectadas com as instituições sociais.

Na medida em que as instituições sociais são moldadas por hábitos mentais individuais, as *fake news* são uma ameaça real à estabilidade das instituições e à democracia como um todo. Para entender melhor o fenômeno das *fake news*, é necessário concentrar a análise na dinâmica das instituições, nos métodos recursivos e na teoria da complexidade multidisciplinar.

No contexto brasileiro, a análise das *fake news* a partir da perspectiva institucionalista vebleniana é especialmente relevante. O país tem uma história rica e complexa, e compreender as transformações atuais e suas conexões com o passado é fundamental para entender o futuro. Revisitar o passado e o presente a partir do pensamento de Veblen e aplicar essa perspectiva na análise das *fake news* pode ser uma forma eficaz de contribuir para uma leitura crítica, progressista e de processo de entendimento dos fenômenos no Brasil.

O institucionalismo vebleniano oferece insights valiosos para o futuro da democracia, tanto no Brasil quanto em outros países. Essa teoria enfatiza a importância das instituições na vida econômica e social e como elas moldam e são moldadas pelas práticas culturais e sociais. Nesse sentido, as instituições democráticas são fundamentais

para garantir a participação igualitária de todos os cidadãos na tomada de decisões e na governança do país.

No entanto, o atual contexto político brasileiro mostra desafios significativos à democracia, incluindo o uso crescente de *fake news* para manipular a opinião pública e desestabilizar as instituições democráticas. O institucionalismo vebleniano pode contribuir para a compreensão desses desafios e para a proposição de soluções.

Uma abordagem institucionalista para a democracia implica uma análise crítica das instituições políticas, econômicas e sociais existentes. Essa análise pode revelar como essas instituições são construídas em torno de interesses específicos e como isso pode levar a desigualdades políticas e econômicas. Com base nessa análise, é possível identificar formas de reformar ou substituir essas instituições para melhorar a participação democrática e promover a igualdade.

Por fim, o institucionalismo vebleniano destaca a importância de uma abordagem multidisciplinar para entender e abordar os desafios da democracia. Isso implica uma colaboração entre acadêmicos, ativistas, políticos e outros atores sociais, a fim de desenvolver soluções abrangentes e eficazes para os desafios da democracia.

Assim, o institucionalismo vebleniano pode oferecer uma abordagem crítica e inovadora para a promoção da democracia, que leva em conta os desafios presentes e futuros e as dinâmicas institucionais que os sustentam

## REFERÊNCIAS

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, New York, v. 31, n. 2, p. 211-236, Spring 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211>. Acesso em: 01 jun. 2021.

ALMEIDA, Paulo. Florestan Fernandes e a idéia de revolução burguesa no pensamento marxista brasileiro. **Dali e Daqui**, 28 abr. 2008. Disponível em: <https://daliedaqui.blogspot.com/2008/04/idia-de-revoluo-burguesa-no-pensamento.html>. Acesso em: 3 abr. 2022.

AYMANNIS; Cristoph; FOESTER; Jakob; GEORGE; Co-Pierre. **Fake News in Social Networks**. St. Gallen: University of St. Gallen, 2018. (School of Finance Research Paper, 2018/4). Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3023320](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3023320). Acesso em: 01 jun. 2021.

AZEVEDO, Laís. Incerteza e não-ergodicidade: As perspectivas das vertentes institucionalistas. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 38, n. 67, p. 1-24, dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/67882/38862>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BRASIL. **Código Eleitoral**: Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Brasília, 1965. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Serviços e informações do Brasil**. [2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br>. Acesso em: 5 jun. 2022.

CASTELLI, Jonattan. **A trajetória dependente da política de inovação brasileira (1995-2012)**: hábitos de pensamento e enraizamento institucional. 2017. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172637>. Acesso em: 29 jun. 2022.

COMMONS, John R. Institutional economics. **American Economic Review**, Princeton, v. 1, p. 648-657, 1931. Disponível em: <https://la.utexas.edu/users/hcleaver/368/368commonsoninstitutionalecontable.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Porto Alegre: FEE, 2002. (Teses FEE, n. 1). Disponível em: [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/3436474/mod\\_resource/content/0/Conceic%CC%A7a%CC%83o%20%282000%29.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/3436474/mod_resource/content/0/Conceic%CC%A7a%CC%83o%20%282000%29.pdf). Acesso em: 17 maio 2022.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**: São Paulo: Vestígio, 2019.

FAJARDO, Vanessa. Como o analfabetismo funcional influencia a relação com as redes sociais no Brasil. **BBC**, 11 nov. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46177957L>. Acesso em: 29 jun. 2021.

FREITAS, Tales. Instinto predatório e o sentido do desenvolvimento econômico no Brasil Colônia: uma interpretação a partir de uma abordagem institucionalista vebleniana. **História Econômica e História de Empresas**, Brasil, v. 24, n. 3, p. 740-772, dez. 2021. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/761>. Acesso em: 6 de abr de 2022.

FREITAS, Tales. **O resgate da teoria dos instintos de Veblen e suas implicações para o debate institucionalista do desenvolvimento**. 2019. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/202139>. Acesso em: 29 jun. 2022.

FREITAS, Tales. Veblen e a Psicologia dos Instintos. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 35, n. 1, Julho, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REE-v35n1a2020-50361>. Acesso em: 01 jun. 2021.

GARCIA, Lênin. O ciclo da revolução burguesa tupiniquim e a educação de adultos no Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5100>. Acesso em: 24 jun. 2022.

HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo Companhia das Letras, 1995.

IZEPÃO, Lima Rosalina; BRITO, Cabreira Elohá; BERGOCE, Janaína. O indivíduo na economia neoclássica, comportamental e institucional: da passividade à ação. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 31, p. 55-74, jul./dez. 2020. Disponível em: [https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L31/08\\_Artigo04.pdf](https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L31/08_Artigo04.pdf). Acesso em: 01 jun. 2021.

KRAUZER, Fernando. **Thorstein Veblen**: suas influências, críticas e contribuições para a construção de uma ciência econômica evolucionária. 2019. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16912>. Acesso em: 3 abr. 2022

OLIVEIRA, Thiane. Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. **SciELO Preprints**, 25 nov. 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/347178002\\_Como\\_enfrentar\\_a\\_desinformacao\\_cientifica\\_Desafios\\_sociais\\_politicos\\_e\\_juridicos\\_intensificados\\_no\\_contexto\\_da\\_pandemia](https://www.researchgate.net/publication/347178002_Como_enfrentar_a_desinformacao_cientifica_Desafios_sociais_politicos_e_juridicos_intensificados_no_contexto_da_pandemia). Acesso em: 7 mai. 2022.

PINTO, Fores Mariana; SBICCA, Adriana; CASONATTO, Lucas. Uma análise do fenômeno “fake news” com base na Economia Comportamental. **Economia e**

**Desenvolvimento**, Santa Maria. v. 32, e. 14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1414650949203>. Acesso em: 01 jun. 2021.

QUEIROZ, Adolpho; MANHANELLI, Carlos. Breve História dos Slogans Políticos nas Eleições do Brasil Republicano. **Signos do Consumo**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 235-253, maio 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/view/42778>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SANTOS, Solgon Samuel. **Disseminação de mentiras em redes sociais: um modelo de economia política**. 2019. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193292>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SILVA, Luiz Vagner da. Arqueologia da sociologia econômica: a contribuição de Thorstein Veblen. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.13, n.24, p.133-151, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/bruna/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/es-a&n25.pdf. Acesso em: 01 jun 2021.

SILVA, Michele Dreger Vasconcelos; SOUSA JÚNIOR, João Henrique de; CÁRIO, Silvio Antônio Ferraz. Instituições e desenvolvimento econômico: contribuições teórico-analíticas veblenianas. **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 32, e5, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/view/00000>. Acesso em: 01 jun. 2021.

SILVA, Vagner da. Fundamentos do institucionalismo na teoria social de Thorstein Veblen. **Política e Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 36, out. 2010. Disponível em: <http://docplayer.com.br/28067688-Fundamentos-do-institucionalismo-na-teoria-social-de-thorstein-veblen.html>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SIMIQUELI, Resende Roberto. **Força e fraude**: apontamentos sobre a Teoria da Classe Ociosa e os limites da mudança institucional. 2016. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30\\_9a6c1e7d471d0f7e7ff7174506ff6498](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_9a6c1e7d471d0f7e7ff7174506ff6498). Acesso em: 6 jun. 2022.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe do lazer**. Lisboa: Conjuntura Actual, 2018.

VEBLEN, Thorstein. The instinct of workmanship and the irksomeness of labor. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 4, n. 2, p. 187-201, 1898. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/210791>. Acesso em: 01 jun 2021.

VEBLEN, Thorstein. Why is economics not an evolutionary science? **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 22, n. 4, p. 403-414, 1898. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1882952>. Acesso em: 01 jun. 2021.

VEBLEN, Thorstein. **The Instinct of Workmanship, and the State of the Industrial Arts**. New Brunswick: Transaction, c1990. Primeira edição: 1914.